

IJ00345

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA
ZONA DO RIO DOCE

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA
ZONA DO RIO DOCE

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA
ZONA DO RIO DOCE

AGOSTO/1985

EQUIPE TÉCNICA

Ana Luzia Fregonazzi Botéchia

Ângela Maria Morandi

Augusto César Gobbi Fraga

Carlos Teixeira de Campos Júnior

José Saade Filho

Marcos Benevenuto Neves

Maria da Penha Cossetti

Taurio Lucilo Tessarolo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho - Diretor Superintendente
Antônio Luiz Caus - Coordenador Técnico

ÍNDICE	PÁGINA
INTRODUÇÃO	5
I - TENDÊNCIAS RECENTES DA ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO	8
II - CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DAS SUBÁREAS	21
III - CONDIÇÕES NATURAIS DAS SUBÁREAS	87
IV - INFRA-ESTRUTURA DAS SUBÁREAS	107

INTRODUÇÃO

A área definida para possíveis investimentos do Fundo da Companhia Vale do Rio Doce é formada pelos seguintes municípios: Linhares, Aracruz, Rio Bananal, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Te_{re}za, Ibitiraçu, Fundão, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Ibatiba, Iúna, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari.

A análise a seguir tentará uma caracterização para esse conjunto de municípios com o objetivo de orientar as propostas de aplicação do Fundo. Cabe, porém, fazer algumas observações de cunho metodológicos que nos parecem relevantes.

Em primeiro lugar como se vê, esse conjunto de municípios não pode ser definido como uma região, qualquer que seja o critério adotado. Por outro lado engloba grande parte da área do Estado do Espírito Santo.

Dado isso, entendemos que a compreensão da dinâmica da economia estadual é necessário para apoiar a análise dessa área e ainda que dentro desse conjunto de municípios a possibilidade analítica teria que passar pela sua retivisão interna. Para essa divisão tomamos por critério o conceito ou homogeneidade de reprodução de um determinado espaço. E foi isso o que se tentou identificar, agrupando-se os municípios com dinâmica semelhante.

É evidente que muitas outras combinações poderiam ser feitas dependendo do critério que se adotasse.

No caso, trabalhamos com as informações sobre agricultura do PDRI e sobre a rede urbana do projeto Estudos Populacionais.

Assim, embora cada um desses trabalhos tenha metodologia e objetivos próprios foi possível um cruzamento aproximado para definições do que estamos chamando de subáreas. Com esse critério a Zona de Influência da Vale do Rio Doce ficou subdividida em 7 subáreas a saber:

- . Subárea 1
(Grande Capital Agroindustrial) - Aracruz e Linhares
- . Subárea 2
(Penetração do Grande Capital) - Ibirapu e Fundão
- . Subárea 3
(Área Agrícola - Pecuária e Café) - Rio Bananal, Marilândia, Colatina, Baixo Guandú e Itaguaçu
- . Subárea 4
(Agricultura Alimentar) - Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Domingos Martins.
- . Subárea 5
(Área Agrícola - Café) - Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Ibatiba, Iuna, Muniz Freire e Castelo.
- . Subárea 6
(Área Industrial) - Cachoeiro de Itapemirim
- . Subárea 7
(Área Agrícola - Banana) - Alfredo Chaves, Anchieta e Guarapari

Cada uma dessas sete subáreas têm dinâmica de reprodução homogênea e diferenciada entre si e entendemos que o conhecimento dessa dinâmica é fundamental para definição de qualquer proposta de intervenção.

Por outro lado, gostaríamos de chamar a atenção para a precariedade desse material no que concerne à definições de intervenção regional. Entendemos que uma política de intervenção regional deveria ter a priori definição de regiões (considerando todo o Estado) no que diz respeito à sua di

nâmica de reprodução e principalmente de suas potencialidades, o que possibilitaria, inclusive, determinar prioridades.

Para isso, entretanto, é necessário todo um outro estudo (inexistente no Estado) que não se resumiria à breve análise que faremos a seguir.

Além da análise de cada uma dessas subáreas esse texto contém uma caracterização das principais mudanças por que passou o Estado do Espírito Santo nos últimos anos, um item sobre condições naturais e um sobre infraestrutura básica.

I - TENDÊNCIAS RECENTES DA ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

TENDÊNCIAS RECENTES DA ECONOMIA

A economia do Espírito Santo pode ser caracterizada, hoje, como uma economia moderna. Por um lado, trata-se de uma economia predominantemente urbana, onde a Indústria e o Setor Terciário assumem papel fundamental na geração de renda e emprego. Por outro lado, a produção agropecuária assume formas típicas de produção capitalista, onde a presença do capital agrário e agroindustrial é marcante.

O processo pelo qual se deu essa modernização foi muito rápido e de certa forma bastante abrupto. Dois marcos são fundamentais: a desestruturação da economia agrícola na década de 60 e a instalação da indústria de grande porte nos anos 70, que marca a entrada efetiva do grande capital no Estado e sua integração de fato à dinâmica da acumulação nacional.

Há apenas 20 anos a economia do Espírito Santo era basicamente monocultora de café, produzido em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar e parceria.

Isso conformava um quadro de população predominantemente rural e uma Economia Urbana débil, com algumas indústrias de gêneros tradicionais (alimento, madeira, bebidas, etc.) e um terciário também pouco especializado, sem a presença maciça das grandes lojas e serviços modernos.

A profundidade da mudança ocorrida pode ser observada ao compararmos o comportamento dos 3 Setores Econômicos entre 1960 e 1980.

Em 1960 o Setor Primário respondia por 49% da renda gerada e 68% dos empregos. Em 1980 esses valores são respectivamente 10% e 35%.

Por sua vez, a Indústria representava tão somente 5,3% da renda gerada e 5,7% do emprego, passando em 1980 para 32% e 22% respectivamente.

E ao Terciário correspondia em 1960 45% da renda e 26% do emprego e em 1980, 58% da renda e 43% do emprego.

Ao lado dessa Urbanização da economia a correspondente urbanização e concentração na Grande Vitória da população. Já na década de 70 a População Urbana ultrapassa a População Rural e hoje são a Grande Vitória concentra 40% da população, sendo que 73% da população do Estado é urbana.

Mudanças fundamentais ocorrem, também internamente a cada setor, conforme veremos a seguir.

1. AGRICULTURA

O setor primário não apenas perde importância em termos econômicos mas sofre transformações significativas.

Se na década de 60 o café predominava indiscriminadamente por todo o Estado (exceção ao litoral sul onde a pecuária e cana, já era a atividade principal), hoje há uma nítida especialização do espaço. O extremo norte com predominância da pecuária de corte, o extremo sul com predominância da pecuária leiteira, a região central, próxima a Grande Vitória com tendências a especializar-se em olericultura e o litoral norte bem mais diversificado, onde, além da pecuária e cacau, é a área de penetração das culturas ligadas a indústrias, cana e eucalipto. Esta última, matéria-prima para Aracruz Celulose e carvão vegetal destinado em sua maioria às siderurgias mineiras e a cana dentro do programa de expansão do Pro-álcool. Além dessas a presença da pimenta do reino, mamão, etc. produzidos de forma capitalista.

Essa é a região onde as transformações são mais marcantes, tendo se constituído aí um mercado de trabalho típico dessas culturas, ou seja, com base no assalariado temporário o que se reflete no surgimento de um grande número de povoados de bôias-frias ao longo da BR-101 e na **inchação** da cidade de São Mateus, cuja maioria dos habitantes são trabalhadores rurais.

Podemos distinguir dois momentos específicos no processo de mudança do setor agrícola. O primeiro foi a erradicação dos cafezais e sua substituição pela pecuária acompanhado de forte êxodo rural (tanto para a Grande Vitória como para fora do Estado) e a concentração da propriedade.

A região central próxima a Vitória resistiu a essa mudança graças à alternativa olerícola que tinha com o crescimento urbano um mercado em expansão e o cultivo da banana (id. e mercado do Rio de Janeiro).

O segundo momento é a entrada do capital agroindustrial (região ao longo da BR-101-Norte) através do eucalipto e cana, e a entrada de culturas altamente rentáveis até então inexistentes no Estado como a pimenta-do-reino, mamão produzidos não pela forma tradicional, ou seja, mão-de-obra familiar e parceria, mas com o assalariado temporário. Trata-se de forma de produção tipicamente capitalista onde o objetivo da unidade produtiva não é mais a reprodução simples da família (e parceiros) e sim a acumulação.

O terceiro momento é marcado pelo replantio do café, principalmente a partir de 1975, e já em 1980 o número de cafeeiros existentes no Espírito Santo se equipara novamente ao existente em 1960 (antes da erradicação), e assume hoje novamente importância significativa na agricultura do Espírito Santo. Nas pequenas propriedades que resistiram ao processo de concentração, o café é hoje novamente a principal fonte de renda. A mudança principal está em que hoje existem grandes fazendas de café onde a relação predominante é o assalariado temporário.

Portanto, o setor primário no Estado hoje apresenta características bem distintas daquele da década de 60 e aponta para uma crescente modernização. Podemos destacar:

1. A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

A concentração da propriedade se dá em favor dos estabelecimentos acima de 500ha e em detrimento dos menores que 100ha. A área desses últimos cai de 54,7% em 1960 para 40,2% em 1980, e os estabelecimentos maiores que 500ha passam de 13,8% da área em 1960 para 26,4% em 1980 (veja tabela 5).

2. MUDANÇAS NA RELAÇÃO DE PRODUÇÃO

Apesar de ainda predominar relações de produção não capitalistas, ou seja, a mão-de-obra familiar e a parceria, o que se observa é uma tendência desde os anos 60 de diminuição desse tipo de relação em prol do aumento do assalariamento tanto permanente quanto temporário, especialmente esse último cresce muito nos anos recente (depois de 1980).

Há entretanto um aumento significativo da parceria a partir de 1975, o que é explicado pelo replantio do café nas propriedades pequenas e médias. As grandes propriedades produtoras de café estão trabalhando com o assalariado temporário. Os assalariados em 1980 já constituíam 28,3% da força de trabalho agrícola enquanto em 1970 eram apenas 12,3% e em 1975 18,2%.

O que se quer ressaltar aqui é a constituição efetiva do mercado de trabalho rural. Já claramente definido na região da agricultura moderna (eucalipto, cana, pimenta, etc.) e de pecuária, e ainda difuso pelo restante do estado, onde há uma conjugação das relações tradicionais com o assalariado. São poucas as cidades do interior onde não existem trabalhadores que vivem quase exclusivamente do trabalho agrícola.

3. ESPECIALIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA PROPRIEDADE

Hoje é claramente distinguível regiões de pecuária, de café, de cana, eucalipto, etc. e como dinâmica própria da grande propriedade capitalista a produção é especializada. Não mais a propriedade que tinha no café a única fonte de renda monetária e produzia todas as demais culturas de subsistência.

4. As pequenas propriedades (que ainda detêm parcela importante de área) têm como fonte de renda principal dependendo da região o café, a olericultura (conjugada na maioria das vezes ao café) ou a mandioca, porém estão totalmente integradas ao mercado. Por um lado é necessário usar adubos e defensivos dado o esgotamento do solo e por outro lado a produção destinada ao mercado é proporcionalmente maior.

5. Aumento da produtividade tanto em culturas tradicionais como o café que passa de 0,6 ton/ha em média no triênio 75/77 para 1,2 ton/ha no triênio 81/83 quanto das culturas modernas como a cana que passa de 31 ton/ha no 75/77 para 50 ton/ha no triênio 81/83.

2. INDÚSTRIA

A estrutura industrial de 1960 e 1970 é ainda tradicional e pouco diversificada.

Em 1960 apenas quatro gêneros respondiam por 80% do valor bruto da produção. Produtos alimentares, madeira, textil e minerais não metálicos eram efetivamente a base da indústria no Estado. No primeiro, um peso grande do beneficiamento de café e minerais não metálicos constituído quase que por uma única fábrica de cimento.

Em 1970 apesar do crescimento significativo do gênero metalurgia, devido a expansão da COFAVI no final da década de 60, os quatro principais gêneros (produtos alimentares, madeira, metalurgia e minerais não metálicos) ainda respondiam por 80% do valor bruto da produção.

Já em 1980, no entanto, a estrutura da indústria mostra transformações significativas. Dois gêneros, madeira e textil, perdem definitivamente importância em termos de geração de valor, e surge como importante a indústria moderna.

Com efeito, os gêneros que crescem a taxas mais elevadas são: papel e papelão, refletindo a entrada em operação da Aracruz Celulose no final da década de 70, mecânica e química.

Os quatro principais gêneros, agora, representam apenas 65% do valor bruto da produção, o que mostra a efetiva diversificação da estrutura industrial.

Aliado ao aparecimento de gêneros novos e diversificação da estrutura industrial verifica-se ainda uma modernização dos gêneros tradicionais.

A indústria de produtos alimentares, apesar de ainda ser a mais importante em termos de geração de valor, não tem mais sua importância quase que

exclusivo sobre o beneficiamento do café como ocorria nos anos 60. Ganha importância significativa os laticínios, frigoríficos e produtos derivados do cacau.

A química constitui-se basicamente na produção de adubos e defensivos, ligada portanto à modernização verificada na agricultura.

Resta chamar a atenção para o fato de que a entrada em operação da CST e das várias Usinas de Álcool (que estão quase todas duplicando capacidade), no início dos anos 80 deve conformar hoje um quadro que só tende a reforçar a tendência já visível na evolução 70/80, ou seja, perda de importância dos gêneros tradicionais do estado.

Por outro lado, se a instalação das indústrias de grande porte nos anos 70 é um marco fundamental da mudança verificada, o que se observa é um crescimento genérico de ramos industriais não ligados a esses projetos.

3. SETOR TERCIÁRIO

Não se pode falar que no Espírito Santo houve apenas um **inchaço** do terciário, fenômeno típico da urbanização subdesenvolvida. Esse houve sim, não há dúvida. O número de trabalhadores ligados a atividades do chamado setor informal é efetivamente grande na Grande Vitória.

Mas houve fundamentalmente um acréscimo do terciário moderno em termos de participação na geração da renda e também do emprego. Dentro do terciário o subsetor que mais cresceu foi o de intermediação financeira, seguido pelo subsetor comércio, e neste último o crescimento se dá pela instalação aqui das grandes lojas de departamento e da entrada das cadeias nacionais de supermercados.

Portanto, também o setor passa por uma modernização com a presença do grande capital nacional.

4. O ESPAÇO DIFERENCIADO

Todas essas mudanças apontadas implicaram não só numa nova articulação do Estado com a economia nacional como também numa nova conformação do espaço interno ao Estado.

Assim, no período monocultor de café o Estado era praticamente homogêneo, ou seja, produzia-se café com base na mão-de-obra familiar e parceria e a rede de cidades que aparecia nessa economia tinha praticamente uma função: a intermediação da produção agrícola e a oferta de bens e serviços essenciais à população agrícola. Nenhuma outra atividade urbana significativa existia. A indústria restringia-se aos gêneros tradicionais, de tamanho pequeno e com raríssimas exceções de capital local.

Essa economia tinha como hegemônico o capital mercantil, mais precisamente o capital mercantil-exportador e expandia-se via incorporação de novas áreas agrícolas. E ao expandir-se reproduzia em espaço homogêneo, ou seja, a nova área incorporada era cultivada com café com as mesmas relações de produção, de intermediação, etc. E as cidades que aí apareciam cumpriram o mesmo papel de apoio à produção agrícola.

Hoje, ao contrário, o movimento de expansão da economia, sob a hegemonia do grande capital, reproduz espaços diferenciados. Algumas áreas onde está presente diretamente seja no urbano, na agricultura ou na agroindústria e outras em que ainda não está presente, e as relações de produção são ainda as tradicionais (mão-de-obra familiar e parceria) e o capital mercantil ainda é o principal apropriador de excedente.

A grosso modo, sem precisar limites poderíamos dividir o Estado em quatro regiões*:

*Exceto a Grande Vitória, locus dos grandes investimentos industriais e concentradora de população.

a) O litoral norte onde predomina o capital agro-industrial, destacando-se a Aracruz Celulose e as Usinas de Álcool (4 ao todo). Aí, predomina o assalariado temporário e, não só para essas culturas. Na medida em que existe o mercado de trabalho constituído a tendência é que mesmo culturas tradicionalmente cultivadas com parceria lancem mão do chamado **bóia-fria**. Essa região cresce a taxas altas em termos populacionais. E sua população é predominantemente urbana. Só que a maioria dos empregos é gerada pela atividade agrícola. O urbano aí, com exceção de Linhares e São Mateus, é quase sempre aglomerados que não têm outra função que moradia de trabalhadores volantes. Mesmo as duas grandes cidades Linhares e São Mateus, viram-se **inchadas** nos últimos anos. São cidades onde o número de favelas é muito grande.

O problema principal nessa região é, portanto, o do emprego e de infra-estrutura urbana. As cidades cresceram muito rapidamente e um grande número de povoados apareceram ao longo da BR. É evidente que esses povoados não possuem nenhuma condição de infra-estrutura urbana.

b) A região de pecuária de corte e café, mais ao norte e noroeste. Essa região é articulada economicamente pelo capital industrial e mercantil da cidade de Colatina, sofreu drasticamente com a erradicação do café e se rearticulou em torno da pecuária. O café é hoje, aí, importante novamente, predominando a mão-de-obra familiar e parceria. Em termos urbanos destaca-se Colatina como Centro Regional, que articula não só à produção agrícola mas toda a sua rede de cidades. A produção está subordinada tanto ao capital industrial quanto ao capital mercantil. Trata-se, porém, de capital local. Não existe aí o grande capital nacional ou multinacional.

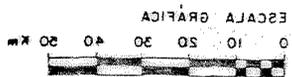
c) A região Serrana a oeste de Vitória. Essa região tem sua dinâmica dada pela reprodução da pequena propriedade. Aí, a maioria da população é rural e constitui-se de mão-de-obra familiar e parceria. É a região que abastece a Grande Vitória de olerícolas. O café, entretanto retorna com todo vigor após 75 e é juntamente com a olericultura

a principal fonte de renda. Não existe nenhum centro urbano importante nessa área. As cidades têm apenas função de distribuição de bens e serviços essenciais à população rural. Há tendências de especialização da cidade de Venda Nova.

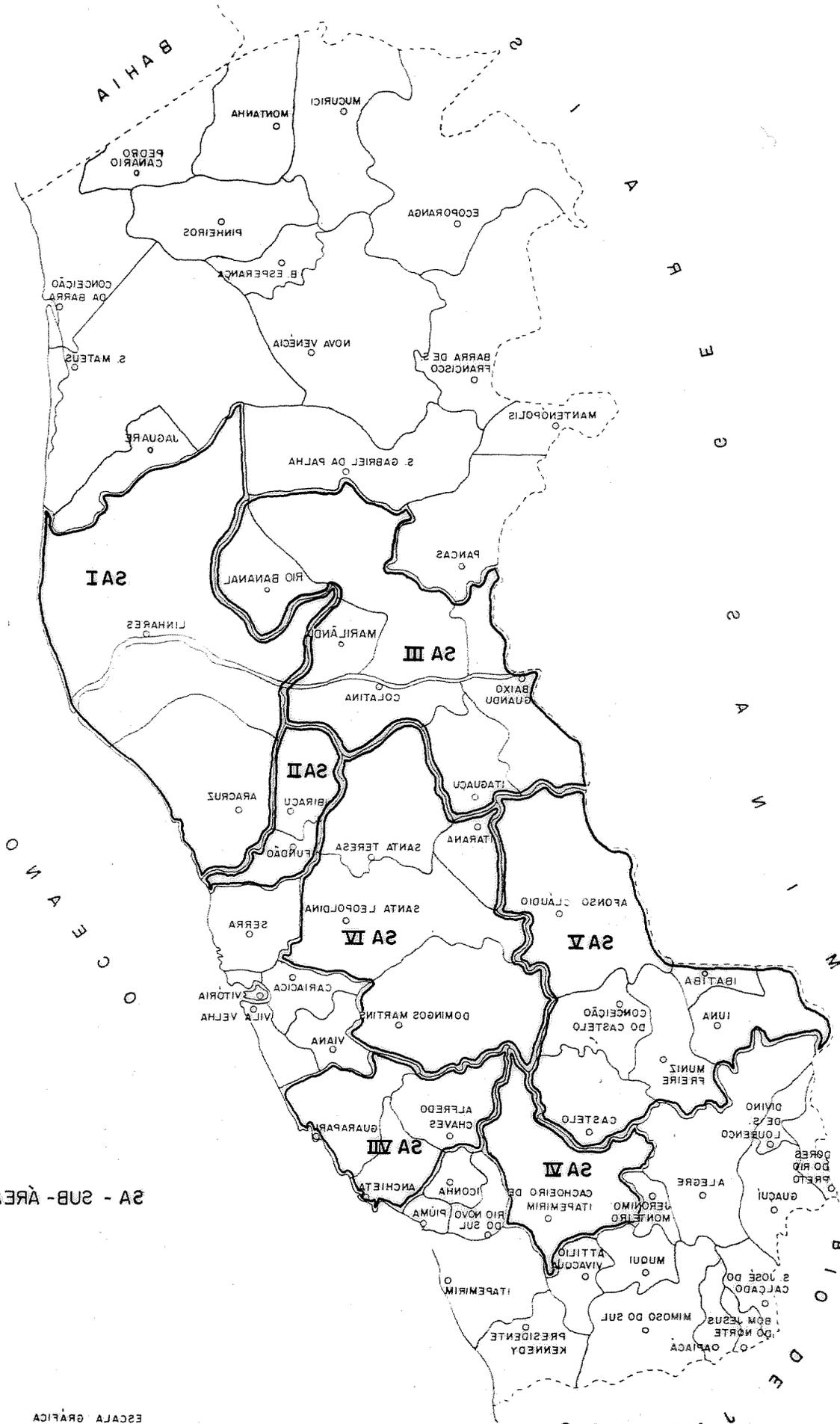
- d) A região sul, onde predomina a pecuária leiteira. A subordinação da produção agrícola se dá via capital industrial (laticínios) localizado principalmente em Cachoeiro de Itapemirim. Entretanto, Cachoeiro de Itapemirim é uma cidade industrial que extrapola a agroindústria com indústrias importantes como a de calçados, cimento e mármore. Tem toda sua dinâmica dada pela reprodução do capital industrial e faz o papel de Cidade Regional que oferece serviços e bens especializados e articula dessa forma toda uma rede de cidades que (exceção Alegre - especializada em serviços) gravitam em torno da produção agrícola.

Para essa nova configuração espacial do Estado merece destaque a mudança que houve do eixo viário com a abertura da BR 101 e da BR 262.

SA - SUB - ÁREA



DESENHO BETH



SÃO PAULO

BAHIA

RIO DE JANEIRO

OCIDENTAL

PARANÁ

II -

DINÂMICA ECONÔMICA DAS SUBÁREAS

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 1

A subárea 1, formada pelos municípios de Aracruz e Linhares, pode ser considerada hoje principal locus da acumulação do capital agroindustrial do Espírito Santo. As atividades econômicas deste espaço, tanto rurais como urbanas, desenvolvem-se incorporando cada vez mais as características da produção tipicamente capitalistas, tais como: concentração da propriedade e da renda, grande número de trabalhadores assalariados, mercado urbano desenvolvido e oferta de serviços especializados. A existência das atividades urbanas deve-se em grande parte, ao desenvolvimento e crescimento das atividades rurais, que são, em última instância, o pilar da geração da riqueza desta área.

Assim, a produção agropecuária merece especial atenção pois, de um lado, fornece os produtos necessários para a efetiva integração com a transformação industrial, e de outro lado, está assentada nos moldes mais modernos de produção e de produtividade.

Em primeiro lugar, a apropriação das terras é altamente concentrada nestes dois municípios, haja vista que, em 1980, 3% do número de estabelecimentos rurais possuíam acima de 500ha e ocupavam quase que 50% da área total, enquanto que os 3 mil estabelecimentos (80% do número total) menores que 100ha, representavam apenas 23% da área global.

Em segundo lugar, a produção agrícola especializa-se cada vez mais, tornando grandes espaços homogêneos, seja com a produção associada diretamente a agroindustrias como a cultura cafeeira e a floresta de eucaliptos, seja com atividades voltadas diretamente para mercados maiores como a pecuária e o cacau, em detrimento da produção de alimentos. No município de Aracruz, apenas 6,1% da área dos estabelecimentos, em 1980, eram destinados ao cultivo de lavouras.

Por último, cabe ressaltar o emprego crescente de trabalhadores assalariados na produção agrícola, especialmente de diaristas localizados nas áreas urbanas (periferias das grandes cidades ou em povoados que vão surgindo ao longo da BR-101 Norte). Estes assalariados representavam cerca de 40% da mão-de-obra rural em 1980, com forte tendência a se ampliar ainda mais esta sua participação.

Estas ocorrências estão ligadas diretamente as seguintes atividades econômicas:

a) Eucalipto:

Destinado à produção de celulose, a floresta de eucalipto ocupa uma área considerável do município de Aracruz, atingindo cerca de 40% da área dos estabelecimentos rurais. A Aracruz Florestal possui 95 mil hectares de terras no Norte do Estado¹, sendo 72 mil com reflorestamento de eucalipto, dos quais cerca de 60% situados no município de Aracruz. Ressalte-se que esta atividade encontra-se em expansão, pois somente no ano de 1984 esta empresa expandiu sua plantação para mais 12 mil hectares.

A **Aracruz Celulose** produziu em 1984 456 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto, graças, inclusive, a uma modernização tecnológica no seu processamento, que consiste do uso da casca da madeira (descasamento mecânico) como fonte de energia, representando 87% do total consumido. Isto fez reduzir seus custos operacionais e ampliar a capacidade produtiva da empresa para 465 mil ton./ano. Note-se que esta indústria opera quase que a plena capacidade, fruto da expansão da demanda externa, que representa 77,3% de suas vendas. O complexo Aracruz tinha em dezembro de 1984, 6.323 trabalhadores.

No município de Linhares o reflorestamento é bem menos expressivo, com uma área de 3.747ha em 1981².

¹Os dados a seguir constam do Relatório anual de 1984 do grupo da Aracruz.

²IBDF

b) Cana de açúcar:

Localizada no município de Linhares, o cultivo da lavoura canavieira cresceu sobremaneira a partir dos anos 80, com a entrada em operação da LASA - Linhares Agroindustrial S/A - em 1982, para a produção de álcool. A área plantada atualmente, para suprir as necessidades da empresa, corresponde a 5.720ha¹, com uma produção de 125 mil l/dia de álcool. Acrescido a isto, a mesma empresa está construindo uma usina de açúcar que deverá entrar em operação em abril de 1987, com uma capacidade de produção anual de 720 mil sacas (correspondente a 29% do consumo anual de açúcar do Espírito Santo).

Esta ampliação implicará num aumento do plantio de cana para 7.680ha e em criação de mais 2.350 empregos diretos. Atualmente o emprego oscila em torno de 1.200 trabalhadores, dos quais 1.000 na área agrícola. Os trabalhadores da cana de açúcar são assalariados, a maioria constituída por bóias frias que conseguem emprego somente nos períodos de safra.

c) Pecuária:

Numa atividade extremamente importante, especialmente quanto a ocupação das terras dos estabelecimentos rurais. Em Linhares, em 1980, as pastagens ocupavam 44% da área rural, abrigando o segundo maior rebanho bovino do Estado. Em Aracruz a pecuária ocupava 33% da área e correspondia a 22% do valor da produção agropecuária do município. Ressalte-se que esta atividade é predominante de grandes estabelecimentos e, mais uma vez, utiliza-se de trabalhadores assalariados, além de oferecer poucos empregos se comparado com a área que ocupa.

d) Cacau:

Atividade concentrada no município de Linhares (responsável por 93% da produção estadual de cacau). Em 1980, ocupava uma área de 14,5 mil hectares sem registro de expansão nos últimos anos embora a produção tenha

¹Os dados a seguir constam do suplemento especial de A GAZETA de 31/07/85.

crescido consideravelmente, o que implica em aumento da produtividade da lavoura cacaeira.

É também uma produção típica dos maiores estabelecimentos, com emprego de mão-de-obra assalariada.

Estas são as grandes atividades produtivas que dão a dinâmica da acumulação do capital nesta subárea. Existe um elo forte de ligação entre esta produção rural e as demais atividades urbanas, tanto em termos de geração de renda e emprego, quanto na conformação do setor terciário que oferece uma gama de serviços especializados e sofisticados, como um centro de comércio bastante desenvolvido.

Em 1980, 66,8% da população destes municípios concentra-se no meio urbano, sendo que a PEA urbana (indústria e terciário) não passava de 49,4%, o que denota mais uma vez a concentração de trabalhadores rurais nas áreas urbanas. Estes localizam-se tanto nas periferias das cidades maiores, quanto em povoados que vão surgindo ao longo da BR-101 Norte, tais como: Bebedouro, Canivete, Córrego D'água, sem a mínima infraestrutura urbana e carentes de serviços básicos necessários para uma melhor qualidade de vida desta população.

Em suma, trata-se de uma região cujos problemas são, cada vez mais, tipicamente urbanos, decorrentes das profundas transformações do setor agropecuário, que em pouco tempo, sofreu um processo de concentração da propriedade fundiária, fazendo com que grande parte da população rural se deslocasse para os centros urbanos conservando a ligação com o rural através do emprego temporário nas grandes plantações.

A exploração das terras nos moldes capitalistas é um processo irreversível. Sua tendência é expandir-se ainda mais, incorporando terras ainda pertencentes a pequenos proprietários, frágeis demais na concorrência com o grande capital.

POPULAÇÃO POR SUBÁREAS

SUBÁREA 1: ARACRUZ E LINHARES

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	(PROJEÇÃO) 1985	1980	(PROJEÇÃO) 1985	1980	(PROJEÇÃO) 1985
Aracruz	14.151	16.919	30.315	34.547	5.482	4.975
Linhares	53.507	69.083	64.573	81.806	41.634	38.117
SUBÁREA 1	67.658	86.002	94.888	116.353	47.116	43.092

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

SUBÁREA 1

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)				PEA			
	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL*
Aracruz	758	52	437	1.247	590.989	9.568.915	775.851	10.935.755	4.986	3.181	3.676	12.386
→ Linhares	4.083	218	1.470	5.771	2.665.157	1.740.472	6.404.286	10.810.215	20.205	6.453	13.008	40.954
TOTAL	4.841	270	1.907	7.018	3.256.146	11.309.387	7.180.437	21.745.970	25.191	9.634	16.684	53.340

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

*O total é maior que a soma dos 3 setores pois inclui "outras atividades" e "procurando trabalho", discriminadas no Censo.

SUBÁREA 1

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO				PEA			
	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL*
Aracruz	59,5	4,2	35,0	100	5,4	87,5	7,1	100	40,3	25,7	29,7	100
Linhares	70,7	3,8	25,5	100	24,7	16,1	59,2	100	49,3	15,8	31,8	100
TOTAL	68,9	3,9	27,2	100	15,0	52,0	33,0	100	47,2	18,1	31,3	100

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

*O total é maior que a soma dos 3 setores pois inclui **outras atividades** e **procurando trabalho**, discriminadas no Censo.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

SUBÁREA 1 - ARACRUZ E LINHARES

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	ARACRUZ				LINHARES				TOTAL			
	Nº DE ESTAB.		ÁREA (HA)		Nº DE ESTAB.		ÁREA (HA)		Nº DE ESTAB.		ÁREA (HA)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
0 - 100	616	81,3	19.677	18,9	2.515	80,2	80.561	24,8	3.131	80,4	100.238	23,3
100 - 500	125	16,5	24.823	23,8	517	16,5	105.576	32,5	642	16,5	130.399	30,4
500 - 1000	10	1,3	7.411	7,1	67	2,1	47.487	14,6	77	2,0	54.898	12,8
+ de 1000	7 ¹	0,9	52.454	50,2	37 ²	1,2	91.484	28,1	44	1,1	143.938	33,5
TOTAL	758	100,0	104.365	100,0	3.136	100,0	325.108	100,0	3.894	100,0	429.473	100,0

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

¹Contém 1 estabelecimento com 41.187ha

²Contém 1 estabelecimento com 24.145ha

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁREA 1

MUNICÍPIOS	MOF		PARCERIA		ASS. PERM.		ASS. TEMP.		OUTROS		TOTAL	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Aracruz	2.771	36,5	34	0,4	4.057	53,5	687	9,1	36	0,5	7.585	100
Linhares	15.113	48,4	5.231	16,8	6.713	21,5	3.966	12,7	203	0,6	31.226	100
TOTAL SUBÁREA 1	17.884	46,1	5.265	13,6	10.770	27,7	4.653	12,0	239	0,6	38.811	100

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
SUBÁREA 1

Cr\$ 1.000 - PREÇO DE 1980

PRODUTOS MUNICÍPIO	CAFÉ	OLERÍ COLAS *	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Linhares	933.607	653	24.498	5.574	161.536	74.340	44.690	24.373	30.076
Aracruz	433.187	377	6.505	683	44.710	20.460	4.923	1.371	3.472
TOTAL	976.794	1.030	31.003	6.257	206.246	94.800	49.613	25.744	33.548

Fonte: FIBGE - 1980

*Computou-se apenas: Tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimentão, quiabo.

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 2

Ibiraçu e Fundão são municípios que, embora guardem, cada um algumas especificidades possuem características bem próximas que determinarão o comportamento econômico da subárea 2.

A especificidade dessa subárea é dada pelo fato de que por um lado está basicamente incrustada na região do grande capital agro-industrial mas conserva sua estrutura de pequena propriedade familiar, ou seja, o grande capital agrário ainda não penetrou nesse espaço específico.

Por outro lado, é cortada pela BR-101 e ferrovia Vitória-Minas constituindo importante entroncamento viário. Além disso está muito próxima aos Portos e é quase área contínua do aglomerado da Grande Vitória. É portanto, local privilegiado para instalação de determinados tipos de indústria, principalmente a Metalúrgica, pois o acesso ao minério de ferro e carvão vegetal nesse local é fácil. Além disso há a facilidade do escoamento do produto.

De fato, já existe aí uma fábrica metalúrgica (o que explica a grande participação do setor Industrial no valor bruto da produção) em pleno funcionamento, uma em início de operação e outra projetada.

Até a abertura da BR-101, os núcleos urbanos (principalmente João Neiva, Ibiraçu e Fundão) estavam totalmente vinculados à produção agrícola da região, com as funções clássicas, ou seja, intermediação da produção e oferta de bens e serviços essenciais. Fugia dessa característica a cidade de João Neiva que por sediar uma oficina de reparos de vagões da Vale, tinha uma massa de assalariados expressivo se comparada a outras cidades. Essa cidade é ainda local de moradia de uma série de ferroviários. João Neiva é, na verdade, o núcleo urbano mais bem equipado em termos de infra-estrutura e o que apresenta o comércio maior e mais diversificado.

Com a abertura da BR-101 e a posterior implantação da Aracruz Celulose essas cidades descolam-se da dependência total do setor agrícola tradicional da região. Residem aí uma série de trabalhadores da indústria (tanto da metalúrgica quanto da Aracruz, o que aliado aos assalariados da Vale, comportam uma massa de salários que no mínimo movimentam o comércio.

Por outro lado, uma série de serviços de beira de estrada também apareceram. Até agora não se verificou transformações profundas na estrutura produtiva da subárea, tendo-se mantido o espaço agrícola. No entanto, a entrada de novos investimentos industriais, dependendo do volume e tipo destes, poderia desestruturar todo o esquema produtivo agrícola, acarretando problemas irreversíveis à região. Tais problemas poderiam se traduzir no esvaziamento da população rural que, não tendo condições de subsistência no campo e atraído com a idéia de **emprego urbano** rumaria para as cidades industriais.

Isto levaria à formação (nas cidades industriais embrionárias) ou ao aumento (nas cidades industriais já constituídas), de um contingente expressivo de população marginalizada nas periferias urbanas. Também agrava a situação agrícola, a medida que passasse a contar com uma capacidade de trabalho, se antes insuficiente, cada vez menor.

Faz-se necessário, então, que o avanço industrial, qualquer que seja ele, preserve o espaço da pequena produção.

E, nesta subárea em especial, devido à própria dinâmica agrícola e a situação estratégica de localização e atendimento viário, há todo um potencial de aproveitamento da área agrícola para desenvolver a produção de alimentos.

Esta seria viabilizada tanto pelo fato de já se ter uma infra-estrutura básica, quanto pelo favorecimento dos condicionantes naturais. A infra-estrutura, já montada, conta com vias de acesso ligando toda a subárea aos centros industriais da Grande Vitória de Linhares-Aracruz, o que

facilitaria o escoamento da produção, minorando inclusive o custo dos transportes, que é um forte entrave na distribuição dos produtos. Soma-se a isto a estrutura de pequenas propriedades e mão-de-obra da família que já desenvolve, por si mesma, uma agricultura alimentar.

Pelo lado dos condicionantes naturais há uma conjugação de solo, clima e relevo, especialmente a oeste da subárea e mais para o município de Ibiraguá, propício, por exemplo, à cultura de olerícolas.

Sabe-se que, em todo o estado, a produção de olerícolas, se concentra em uma pequena faixa da região central¹, que se encarrega de abastecer desde o norte até o sul do mesmo, enfrentando problemas de distâncias e acessibilidade.

Por aí se nota a importância de se viabilizar novas áreas para a produção alimentar, principalmente quando já se tem toda uma estrutura própria, como no caso da subárea 2. Isto seria possível com uma política que preservasse a pequena propriedade facilitando o acesso ao crédito e mantendo a infra-estrutura existente.

¹Em torno da Grande Vitória.

POPULAÇÃO - 1980 E PROJEÇÃO PARA 1985

SUBÁREA 2 - IBIRAÇU E FUNDÃO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985 (PROJ)	1980	1985 (PROJ)	1980	1985 (PROJ)
Ibiraçu	4.561	5.760	14.432	16.810	5.792	5.207
Fundão	4.361	5.175	6.207	7.309	3.006	2.833
SUBÁREA 2	8.922	10.935	20.639	24.119	8.798	8.040

FONTE: FIBGE - Censos 1980
IJSN.

SUBÁREA 2

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000,)				PEA ¹			
	PRIM.	SEÇ.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Ibiraçu	706	57	258	1.021	198.598	1.124.539	616.445	1.939.582	1.965	1.679	2.749	6.682
Fundão	393	20	148	561	110.281	117.819	166.062	394.164	1.102	672	1.082	3.042
TOTAL	1.099	77	406	1.582	308.879	1.242.358	782.507	2.333.746	3.067	2.351	3.831	9.724

¹O total é maior que a soma dos 3 setores, pois inclui **outras atividades** e **procurando trabalho** discriminados no Censo.

ESTABELECIMENTOS, VALOR DA PRODUÇÃO E PEA POR SETORES - 1980

SUBÁREA 2

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000,)				PEA (1)			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Ibiraçu	69,1	5,6	25,3	100,0	10,2	58,0	31,8	100,0	29,4	25,1	44,1	100,0
Fundão	70,0	3,6	26,4	100,0	28,0	30,0	42,0	100,0	36,2	22,1	35,6	100,0
TOTAL	69,4	4,9	25,7	100,0	13,2	53,3	33,5	100,0	31,5	24,2	39,4	100,0

Fonte: FIBGE. Censos - 1980.

¹O total é maior que a soma dos 3 setores, pois inclui **outras atividades** e **procurando trabalho** discriminados no Censo.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1980
SUBÁREA 2 - IBIRAÇU E FUNDÃO

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	FUNDÃO				IBIRAÇU				TOTAL			
	Nº DE ESTABE LECIMENTOS		ÁREA (ha)		Nº DE ESTABE LECIMENTOS		ÁREA (ha)		Nº DE ESTABE LECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
0 - 100	352	89,6	8.884	41,9	608	86,1	21.286	52,5	960	87,3	30.170	48,8
100- 500	37	9,4	7.557	35,6	96	13,6	18.195	44,9	133	12,1	25.752	41,7
500-1000	2	0,5	1.339	6,3	2	0,3	1.068	2,6	4	0,4	2.407	3,9
+ de 1000	2	0,5	3.435	16,2	-	-	-	-	2	0,2	3.435	5,6
TOTAL	393	100,0	21.215	100,0	706	100,0	40.549	100,0	1.099	100,0	61.764	100,0

Fonte: IBGE - 1980.

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁRIA - 2

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA-FAMILIAR		PARCERIA		ASSALARIADO PERMANENTE		ASSALARIADO TEMPORÁRIO		OUTROS		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Fundão	1.352	71,1	56	2,9	165	8,7	321	16,9	7	0,4	1.901	100
Ibiraçu	1.469	74,1	59	3,0	283	14,3	171	8,6	1	0,0	1.983	100
TOTAL SUBÁREA	2.821	72,6	115	3,0	448	11,5	492	12,7	8	0,2	3.884	100

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário de 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - CR\$ 1.000 - PREÇOS DE 1980

SUBÁREA 2

PRODUTOS MUNICÍPIOS	CAFÉ	OLERÍCOLAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Ibiraçu	59.702	228	14.709	1.272	37.082	6.601	6.742	2.521	2.624
Fundão	23.225	45	10.720	11.975	15.165	3.625	3.000	2.826	5.137
TOTAL	82.927	273	25.429	13.247	42.247	10.226	9.742	5.347	7.761

FONTE - FIBGE - 1980

*Computou-se apenas: tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimentão e quiabo.

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 3

A subárea 3 é constituída dos municípios de Colatina, Marilândia, Baixo Guandú, Itaguaçu e Rio Bananal.

A população total, em 1980, era de 167.833 pessoas com 54,9% destas resi
dindo nas áreas urbanas e 36,4% só na cidade de Colatina.

A cidade de Colatina desempenha a função de centro de intermediação de comércio e de serviços, estendendo sua ação polarizadora a diversos ou
tros municípios da região. Estas funções derivam do fato de que quase totalidade das sedes dos municípios da Região Norte do Estado encontram-se ainda a nível de cidades embrionárias, carecendo de ur
banos que permitam a prestação de serviços mais especializados. Excetuan
do-se as atividades econômicas, já consolidadas no município, notadamente nos setores primário e secundário, a sua área de influência tende a diminuir na medida em que ocorrem melhoramentos na rodovia que liga Nova Venécia à BR - 101 e se estabelecer a ligação entre Santa Teresa e Ita
guaçu.

A ocupação econômica desta área teve seu ponto de partida no início do século, através da exploração madeireira. No entanto, somente com a ex
ploração cafeeira montou-se as bases para uma efetiva consolidação do empreendimento agrícola e da colonização da área. A pecuária surge na década de 40 ocupando os espaços abertos pela exploração madeireira ou mesmo substituindo o café. No início da década de 70 a pecuarização tem uma certa aceleração mas, a partir de 75 o café e a pequena produção vol
tam a se destacar enquanto elementos dinâmicos da economia regional.

As atividades dominantes são, portanto, a produção de café e a pecuária, principalmente de corte, seguidas da produção de milho, arroz e feijão.

Deve-se citar também as culturas de banana e olericulturas. A produção de leite também é ponderável em todos os municípios, mas não é considerada como atividade dinâ

mica na região ocorrendo quase sempre como subproduto da pecuária de corte. A comercialização de leite é feita em sua grande totalidade através da Cooperativa de Laticínios de Colatina, sendo que a produção de Baixo Guandu é realizada através da SPAM em Minas. Existem dois bolsões com cultura de cacau. Um deles se localiza no limite de Pancas com Colatina e ocupa cerca de 5,3% da área deste município, o segundo de menor expressão em termos de área ocupada, mas com boa produtividade, está localizado no limite de Baixo Guandu com Colatina, às margens do Rio Doce.

A economia desta área caracteriza-se por uma estreita ligação entre a atividade industrial e a agrícola, estabelecendo-se uma relação de complementariedade entre as áreas urbana e rural. Esta complementariedade manifesta-se principalmente na comercialização da produção cafeeira através da intermediação local e para exportação e, na industrialização da carne bovina praticamente monopolizada por Colatina.

É necessário enfatizar que, embora possua um setor secundário composto por setores importantes como de confecções e derivados de carne e leite, a dinâmica de reprodução da economia desta subárea é determinada principalmente pela dinâmica de reprodução da economia cafeeira.

A pecuária é mais importante em termos de área ocupada, no município de Baixo Guandu, embora esteja associada ao café praticamente em toda a região.

Em termos de relação do trabalho observa-se a dominância da mão-de-obra familiar e da parceria, totalizando 77,3% do pessoal ocupado no setor agropecuário, enquanto os assalariados permanentes e temporários representam respectivamente 10,8 e 11,3%. A participação dos assalariados, neste setor, em cada município, é maior no município de Baixo Guandu, respondendo a 23,4% e 14,2%, respectivamente.

Quanto à estrutura fundiária, a subárea pode ser caracterizada pela presença marcante da pequena propriedade. Com exceção de Baixo Guandu que apresenta um processo visível de concentração nas últimas duas décadas,

embora o processo de concentração tenha ocorrido de forma geral em todos os municípios, observa-se que pelo menos 80% dos estabelecimentos estão classificados na forma de 0 a 100ha. O município que representa menor concentração fundiária é Rio Bananal com 90,7% de estabelecimentos com área abaixo de 100ha e 8,7% abaixo de 500ha. Em todos os municípios com exceção de Baixo Guandu as duas faixas citadas absorvem cerca de 90% da área de cada município.

Em síntese, pode-se afirmar que a dinâmica da região é dada pela reprodução da pequena e média propriedade subordinadas ao capital industrial e mercantil da cidade de Colatina que é sem dúvida alguma, uma cidade que exerce funções tais que, extrapolam a mera função de apoio às atividades agrícolas. Trata-se portanto, de um centro regional, com um parque industrial, significativo e um terciário bastante especializado.

SUBÁREA 3

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000,)				PEA			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Baixo Guandu	1.018	71	327	1.416	576.659	320.952	611.840	1.509.451	3.913	2.029	2.911	9.095
*Colatina	3.310	368	1.375	5.053	1.930.243	5.015.793	11.150.842	18.096.878	14.737	9.714	15.182	41.116
Itaguaçu	934	42	129	1.105	449.614	463.633	279.264	1.192.511	3.272	310	1.164	4.795
*Marilândia												
* Rio Bananal												
TOTAL	5.262	481	1.831	7.574	2.956.516	5.800.378	12.041.946	20.798.840	21.922	12.053	19.257	55.006

¹O total é maior que a soma dos 3 setores, pois inclui **outras atividades** e **procurando trabalho**.

*As informações de Marilândia estão incluídas no Município de Colatina e as de Rio Bananal no Município de Linhares.

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

SUBÁREA 3

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000,)				PEA			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Baixo Guandú	71,9	5,0	23,1	100,0	38,2	21,3	40,5	100,0	43,0	22,3	32,0	100,0
Colatina	65,5	7,3	27,2	100,0	10,7	27,7	61,6	100,0	35,8	23,6	37,0	100,0
Itaguaçu	84,5	3,8	11,7	100,0	37,7	38,9	23,4	100,0	68,2	6,5	24,3	100,0
Marilândia												
Rio Bananal												
:												
TOTAL	69,4	6,4	24,2	100,0	14,2	27,9	57,9	100,0	39,9	21,9	35,0	100,0

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

SUBÁREA 3 - RIO BANANAL, MARILÂNDIA, COLATINA, BAIXO GUANDU, ITAGUAÇU
 POPULAÇÃO EM 1980 E PROJEÇÃO PARA 1985

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Rio Bananal	2.170	3.122	2.592	3.592	14.369	14.128
Marilândia	1.778	1.963	2.120	2.446	6.993	6.905
Colatina	61.120	68.087	67.056	74.177	35.507	32.491
Baixo Guandu	13.697	15.585	15.547	17.391	10.383	8.039
Itaguaçu	3.701	4.555	4.828	5.811	8.438	8.128
SUBÁREA 3	82.466	93.312	92.143	103.417	75.690	69.691

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário de 1980.

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁRIA - 03

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA-FAMILIAR		PARCERIA		ASSALARIADO PERMANENTE		ASSALARIADO TEMPORÁRIO		OUTROS		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Baixo Guandu	2.590	48,7	677	12,8	1.242	23,4	753	14,2	46	0,9	5.308	100
Colatina	10.746	50,1	7.063	32,9	1.774	8,3	1.710	8,0	155	0,7	21.448	100
Itaguacu	2.266	40,8	1.639	29,5	458	8,2	1.190	21,4	7	0,1	5.560	100
Marilândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Bananal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL SUBÁREA - 03	15.602	48,3	9.379	29,0	3.474	10,8	3.653	11,3	208	0,6	32.316	100

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário de 1980.

SUBÁREA: 03

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Cr\$ 1.000 (preços 80)

PRODUTOS MUNICÍPIOS	CAFÉ	OLERT COLAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Rio Bananal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marilândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colatina	1.235.330	11.727	23.517	10.583	152.637	24.176	63.413	41.511	11.484
Baixo Guandú	291.842	862	4.732	2.846	64.700	15.626	35.680	10.848	13.062
Itaguaçu	307.524	2.954	1.949	2.213	30.735	4.919	21.888	8.071	2.597
TOTAL	1.834.696	15.543	30.198	15.642	248.072	44.721	120.981	60.430	27.143

*Computou-se apenas: tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimentão, quiabo.

Fonte: FIBGE - 1980

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 4

A subárea 4 situa-se na porção central do Estado e é formada pelos municípios de Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina e Domingos Martins. Tem como principal característica, ser um espaço cuja reprodução é dada pela agricultura.

Mais de 50% do valor que circula em seu território provem do setor primário local, o que justifica a situação de ser ainda responsável por 71% da população economicamente ativa existente. O sistema de cidades formado é mero apêndice da produção rural próxima, exercendo a função de apoio, com atividades comerciais e de prestação de serviços, sem contudo possuir qualquer tipo de especialização. A complementariedade das funções inexistentes é obtida na Grande Vitória.

A subárea 4 define-se do ponto de vista agrícola, como sendo a produtora do abastecimento da Grande Vitória. Historicamente foi parte de uma região essencialmente de café, cuja colonização deveu-se a imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, que difundiram, em áreas de colônias, a pequena propriedade em prática de relações de trabalho familiar. E o que é curioso é que muito pouco foi alterado disso.

Apesar dos reflexos ocorridos no Espírito Santo durante a década de 60, provenientes da política federal de erradicação do café, nessa subárea pouca coisa mudou. Enquanto no norte do Estado ocorreu espantoso processo de concentração fundiária, que teve participação importante no desaparecimento durante a última década de 70 de mais de 11.000 propriedades agrícolas no Estado, na subárea estudada houve apenas concentração discreta.

Tudo deveu-se ao fato, de que com o desaparecimento do café, as pequenas propriedades dessa região encontraram melhores alternativas de sobrevivên

cia do que aquelas de outra parte do Estado. O aspecto cultural do europeu, situado no Espírito Santo, ainda tradicionalmente arraigado à terra, somado aos hábitos de consumo modestos, fêz com que resistisse as crises, dividindo a propriedade entre familiares e cultivando alimentos. O crescimento acelerado da Grande Vitória, por outro lado, possibilitou a formação do mercado de tal produção.

A partir dessa situação, as lavouras temporárias alimentares, junto com a emergência da banana, tornaram-se o sustentáculo da unidade produtiva em substituição ao café.

Adentrando aos anos 70 porém, a construção ao menos parcial do sistema viário, ligando a Grande Vitória por asfalto, assim como a própria explosão urbana desse centro, fêz consolidar, especializando com o uso de novas tecnologias, a produção de alimentos dessa área central.

Atualmente o que se percebe é que a produção de alimentos está combinada com o café, que ressurgiu em 75 em função dos estímulos creditícios ao seu plantio racional. Os preços crescentes que vem alcançando, o fato de estar menos sujeito às oscilações de mercado do que as demais lavouras, tem feito desse produto um importante esteio das pequenas propriedades.

Cultivam em muitos casos numa mesma propriedade as olerícolas e o café. A primeira, apesar de gerar renda em menor espaço de tempo, está mais sujeita à instabilidade dos preços e aos efeitos de doenças; a compensação é feita cultivando-se também o segundo produto. Nos anos intercalados de menores safras do café, aumenta-se o cultivo das olerícolas para compensar as perdas. Assim a pequena propriedade vai construindo estratégias para garantir a sua reprodução.

Como em essência nessa subárea não houve concentração significativa da posse da terra e da mesma forma não ocorreram mudanças substanciais nas relações de trabalho, que despossuissem o produtor, verifica-se que seria fundamental preservar essa tendência. Segundo dados do FIBGE (Censo Agro

pecuário) as propriedades menores de 100 hectares correspondem a 72% da área agrícola estudada, assim como 73% do pessoal ocupado é mão-de-obra familiar. Sem falar ainda que essa área central foi uma das que menos expulsaram população.

A preservação no caso da tendência local, passaria por reforçar a produção desobstruindo os entraves existentes, desde a esfera da produção até aos níveis do comércio, de maneira a garantir retornos compensadores aos que produzem. Sendo assim, dever-se-ia orientar as atenções para essa subárea no que toca a melhorar as atuais condições gerais da produção: crédito prioritário para as cultura alimentares, ampliação da rede de eletrificação rural, melhorias das estradas que escoam a produção, incentivar pesquisas para buscar fertilizantes e defensivos alternativos, ampliar a rede de comunicações de forma a levar maiores informações, principalmente de preços ao produtor, criar formas alternativas de comercialização, junto ao mercado consumidor, dentre outras.

Da mesma forma, o incentivo à construção de equipamentos urbanos ligados a infra-estrutura básica nas cidades do interior consistiria, num outro mecanismo de reforço à própria produção. Isso, na medida em que não faria mais o produtor ter que se deslocar para Vitória, para buscar certos tipos de serviços especializados.

A melhoria da rede viária, ocorrida nos últimos anos, assim como a proximidade com a Grande Vitória, desestimularam o surgimento de serviços especializados e das atividades de intermediações comerciais. O comércio de toda a subárea é feito diretamente na Grande Vitória. Não há intermediação expressiva nas cidades de forma a que se retenha localmente o excedente produtivo, que acaba por fluir para esse centro metropolitano.

O próprio deslocamento semanal do produtor à CEASA para vender seus produtos, é complementado de uma ida ao comércio para fazer as compras que necessita e não dispõe em suas cidades locais. Assim, o sistema de cidades é detentor somente dos serviços locais e de precária infra-estrutura urbana de apoio à produção rural, que requer melhorias.

A exceção no contexto das cidades que se fala, fica por conta de tendência turística emergente da sede e arredores de Domingos martins e de Aracê. Por estarem sofrendo um processo rápido de transformação requerem especial atenção do poder público no sentido de criar mecanismos que reforcem a produção local que estaria mais tentada a destituição.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ZONA DO RIO DOCE

SUBÁREA 4
 POPULAÇÃO EM 1980 e PROJEÇÃO - 1985

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Itarana	2.098	2.276	2.098	2.276	6.824	6.753
Santa Teresa	4.690	5.380	8.073	9.424	17.914	17.033
Santa Leopoldina	1.212	1.303	2.808	3.288	21.852	22.715
Domingos Martins	2.188	2.603	5.770	6.775	21.806	22.538
Subárea 4	10.188	11.562	18.749	21.763	68.396	69.039

FONTE: FIBGE - Censo 1980.

SUBÁREA 4

ESTABELECIMENTOS, PRODUÇÃO E PEA POR SETORES.

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)				PEA			
	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL*
Dom. Martins	2.719	187	238	3.144	1.234.135	307.052	740.144	2.281.331	7.787	758	1.813	10.558
Itarana	767	33	93	893	259.844	49.895	206.190	515.929	1.758	222	773	2.878
Stª Leopoldina	3.298	17	134	3.449	999.233	176.561	425.620	1.601.414	8.855	477	970	10.366
Stª Tereza	1.721	122	208	2.051	789.809	480.372	526.559	1.796.740	4.281	1.650	2.055	8.172
TOTAL	8.505	359	673	9.537	3.283.021	1.013.880	1.898.513	6.195.414	22.681	3.107	5.611	31.974

* O total é maior que a soma dos 3 setores pois inclui "Outras Atividades" e "Procurando Trabalho".

FONTE: FIBGE - 1980.

SUBÁREA 4

ESTABELECIMENTOS, PRODUÇÃO E PEA POR SETORES

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)				PEA			
	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUN DÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
Dom. Martins	86,5	5,9	7,6	100,0	54,1	13,5	32,4	100,0	73,8	7,2	17,2	100,0
Itarana	85,9	3,7	10,4	100,0	50,4	9,7	39,9	100,0	61,1	7,7	26,9	100,0
Stª Leopoldina	95,6	0,5	3,9	100,0	62,4	11,0	26,6	100,0	85,4	4,6	9,4	100,0
Stª Tereza	83,9	6,0	10,1	100,0	44,0	26,7	29,3	100,0	52,4	20,2	25,2	100,0
TOTAL	89,2	3,8	7,0	100,0	53,0	16,4	30,6	100,0	70,9	9,7	17,5	100,0

FONTE: FIBGE - 1980.

SUBÁREA 4

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

MUNICÍPIOS	MOF		PARC.		ASS. PERM.		ASS. TEMP.		OUTROS		TOTAL	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Domingos Martins	9.108	76,1	1.109	9,3	1.017	8,5	648	5,4	85	0,7	11.967	100
Itarana	2.091	70,1	433	14,5	166	5,6	283	9,5	9	0,3	2.982	100
Santa Leopoldina	10.687	77,9	1.224	8,9	955	7,0	799	5,8	62	0,4	13.727	100
Santa Tereza	4.987	61,4	1.533	18,8	1.035	12,7	562	6,9	19	0,2	8.136	100
TOTAL SUBÁREA 4	26.873	73,0	4.295	11,7	3.173	8,6	2.292	6,2	175	0,5	36.812	100

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário de 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

SUBÁREA: 04

CR\$1.000 (Preço de 1980)

MUNICÍPIOS \ PRODUTOS	CAFÉ	OLERÍCO LAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Santa Teresa	508.804	29.762	8.660	24.610	32.815	15.202	38.431	6.953	3.028
Santa Leopoldina	217.205	56.697	65.320	220.308	20.612	69.927	24.354	1.279	27.932
Domingos Martins	155.549	89.131	78.386	184.604	31.387	97.093	36.171	185	23.083
Itarana	132.252	27.708	499	1.177	14.780	6.457	17.761	7.275	405
TOTAL	1.013.810	203.298	152.865	430.699	99.594	188.679	116.717	15.692	54.448

FONTE: FIBGE - 1980

* Computou-se apenas: Tomate, Alface, Cenoura, Chuchu, Couve, Pepino, Pimentão e Quiabo.

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 5

Os municípios que compõem a subárea 5, são tradicionais na produção de café no Estado.

Mesmo a erradicação da lavoura cafeeira nos anos 60, não representou força suficiente para desestruturar sua economia agrícola.

Era uma região de pequenos proprietários e continua ainda hoje com esta característica, resultado de uma forte resistência da economia local que, na impossibilidade de garantir sua reprodução através de cultura cafeeira, voltou-se para a produção de milho, gado bovino além de culturas de subsistência.

Com a expansão recente do café (após 75) a região retoma sua atividade tradicional a todo vapor, ocupando cada pedaço de terra agricultável, devido, principalmente, a alta rentabilidade que proporciona esta cultura.

Algumas mudanças a nível técnico foram introduzidas, que podem ser comprovadas pelo aumento da produtividade do café nos últimos anos, porém, no essencial, não se modificaram as condições de produção reinantes ainda antes da erradicação.

As pequenas propriedades foram preservadas, haja visto que 93% possuem até 100ha, ocupando 64% da área dos estabelecimentos.

A força de trabalho predominante constitui-se da mão-de-obra familiar e de parceiros que representam 86% do total. O uso de assalariados é mais esporádico a não ser por aquelas propriedades maiores, ou mesmo pequenos produtores na época de colheita. Porém não se registra nesta área um mercado de trabalho constituído por diaristas/bóias-frias. Caso específico ocorre na cidade de Ibatiba, onde concentram-se trabalhadores diaristas para as fazendas de café das redondezas.

Os centros urbanos ganham um dinamismo e uma grande movimentação do capital comercial local, decorrente da expansão cafeeira.

Praticamente todas as sedes dos municípios contam com a presença de intermediários do café, de agências bancárias e de um comércio mais diversificado, embora não chegue ainda a atender o nível de demanda local. Exceção é feita pela cidade de Venda Nova, que cresce rapidamente nas funções de polarizar o atendimento de bens e serviços mais especializados desta subárea.

Resta observar que existe potencialmente, nesta região, condições para se transformar em produtora de alimentos: cereais e olerícolas, uma vez que situa-se relativamente próxima à região da Grande Vitória e é cortada pela BR 262, facilitando o escoamento da produção. No entanto, sem uma política de estímulo, dificilmente os produtores se voltarão para a produção de alimentos básicos, principalmente se o café continuar com os bons preços que vem apresentando.

Assim, toda e qualquer intervenção nesta subárea deve privilegiar e preservar a estrutura da pequena produção, apoiada na mão-de-obra familiar. É uma área com grande densidade populacional, onde quase 70% da população vive no meio rural, e qualquer desestruturação do setor agrícola pode provocar um intenso êxodo rural em direção às grandes cidades do Estado, uma vez que as cidades locais não tem infra-estrutura necessária para reter população, além do que seu dinamismo atual está em função das atividades agrícolas.

SUBÁREA 5 - IBATIBA, IÚNA, MUNIZ FREIRE, CONCEIÇÃO DE CASTELO E CASTELO
 POPULAÇÃO EM 1980 E PROJEÇÃO PARA 1985

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Ibatiba	4.300	5.683	4.300	5.683	6.788	6.439
Iúna	5.538	6.979	7.034	8.773	19.491	18.968
Muniz Freire	2.482	2.759	4.147	4.679	14.826	14.381
Conceição do Castelo	1.802	2.028	5.272	7.106	12.056	11.653
Castelo	9.169	9.866	9.845	10.605	16.034	13.980
SUBÁREA 5	23.291	27.315	30.598	36.846	69.195	65.421

FONTE: FIBGE - 1980

SUBÁREA 5

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000,)				PEA			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Afonso Cláudio	3.371	91	346	3.808	1.459.572	263.605	1.014.152	2.737.329	18.624	260	763	19.647
Castelo	1.407	74	287	1.768	599.915	341.076	3.033.550	3.974.541	8.657	365	832	9.854
C.da Barra	1.072	39	162	1.273	652.208	168.293	786.169	1.606.670	6.084	166	423	6.673
Iúna - Ibatiba	1.951	50	328	2.329	970.233	64.694	829.652	1.864.579	11.349	166	709	12.224
Muniz Freire	1.130	27	154	1.311	420.034	94.095	266.450	780.629	9.525	89	367	9.981

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

SUBÁREA 5

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO				PEA			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Afonso Cláudio	88,5	2,4	9,1	100	53,3	9,6	37,1	100	94,8	1,3	3,9	100
Castelo	79,6	4,2	16,2	100	15,1	8,6	76,3	100	87,8	3,7	8,5	100
C.do Castelo	84,2	3,1	12,7	100	40,6	10,5	48,9	100	91,2	2,5	6,3	100
Iúna - Ibatiba	83,8	2,1	14,1	100	52,0	3,5	44,5	100	92,8	1,4	5,8	100
Muniz Freire	86,2	2,1	11,7	100	53,8	12,1	34,1	100	95,4	0,9	3,7	100

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁREA 5

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA-FAMILIAR		PARCERIA		ASSALARIADO PERMANENTE		ASSALARIADO TEMPORÁRIO		OUTROS		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Afonso Cláudio	9.756	52,6	7.236	39,0	501	2,7	976	5,3	7,9	0,4	18.548	100
Castelo	4.261	49,9	2.905	34,0	850	10,0	512	6,0	9	0,1	8.537	100
Conceição do Castelo	2.685	44,0	2.572	42,2	328	5,4	458	7,5	53	0,9	6.096	100
Iúna	4.602	39,5	4.527	38,9	752	6,5	1.670	14,3	93	0,8	11.644	100
Ibatiba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nuniz Freire	4.065	42,9	3.384	35,7	1.258	13,3	755	7,9	18	0,2	9.480	100
TOTAL SUBÁREA 5	25.369	47,7	20.624	38,0	3.689	6,8	4.371	8,0	252	0,5	54.305	100

FONTE: FIBGE - CENSO AGROPECUÁRIA DE 1980

SUBÁREA 5

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Cr\$ 1.000 (Preços 80)

PRODUTOS MUNICÍPIOS	CAFÉ	OLERÍ COLAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
AFONSO CLÁUDIO	822.647	31.809	11.015	14.102	89.046	119.797	132.166	16.956	13.781
IBATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IUNA	698.636	2.060	4.997	7.560	57.423	39.937	51.306	77.755	840
C. DO CASTELO	268.400	20.037	2.658	113.607	22.223	43.779	27.460	6.209	996
MUNIZ FREIRE	231.712	4.937	768	1.613	56.041	30.495	26.531	4.124	90
CASTELO	323.544	5.964	7.940	4.141	75.942	35.852	36.471	7.498	1.479
TOTAL	2.344.939	64.807	27.378	141.023	300.675	269.860	273.934	42.542	17.186

FONTE: FIBGE - 1980.

*Computou-se apenas: tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimenta, quiabo.

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 6

A Subárea 6 é constituída apenas pelo município de Cachoeiro do Itapemirim. No espaço que conforma sobressaem a dinâmica urbano-industrial e as atividades terciárias que gravitam em seu entorno, situando-se, fundamentalmente, na sede municipal.

Não há relação determinante entre a indústria e a produção agrícola. Cachoeiro de Itapemirim é um município de pecuária na maior parte da sua extensão territorial, e cafeeiro, na direção norte, no limite com os municípios vizinhos de Alfredo Chaves e Castelo. No extremo norte, na divisa com Domingos Martins, apresenta o desenvolvimento da olericultura.

Excetuando-se a atividade leiteira, que escoia para sede municipal, a produção, tanto cafeeira, quanto olerícola, flui para municípios vizinhos, sem criar redes de intermediação local, captadoras do excedente produtivo. A quase totalidade do café de Cachoeiro é comercializada em Conceição do Castelo e Castelo, onde existem grandes intermediários. E as olerícolas destinam-se prioritariamente para Vitória. Assim sendo, percebe-se que a agricultura não se constitui em matéria de industrialização, nem se destina diretamente para alimentar o processo de acumulação urbano em curso.

A vinculação maior entre campo e cidade provém do comércio e dos serviços que a sede municipal dispõe, atendendo todo o município e também aqueles vizinhos, nessa região sul. Desta maneira indireta, a produção da agricultura alimenta a expansão do terciário local.

O sistema de cidades do município não é dotado de hierarquias. Os povoados, vilas são continuidades do campo, sem graus de especialização, exercendo somente algumas funções locais. Logo em seguida existe o centro regional. Em quase tudo a população depende de Cachoeiro.

Não há um mercado de trabalho constituído no campo. A pecuária demanda pouca mão-de-obra além do mais, são muito poucas as grandes propriedades

des. A estrutura fundiária não é concentrada. São predominantes as pequenas propriedades, aquelas menores de 100ha, que ocupam 52% da área agrícola. E as lavouras, na sua maior parte são cultivadas em relações de trabalho familiar e parceria, respondendo respectivamente por 52% e 28% do pessoal ocupado na agricultura. São poucos povoados que têm reserva de mão-de-obra para o setor agrícola; quando isso ocorre, é observado nas áreas cafeeiras.

Nas proximidades, porém, de Cachoeiro existe um bom número de povoados ligados à atividade extrativa mineral. São verdadeiros acampamentos que obrigam os trabalhadores do mármore. Dentre esses povoados os mais importantes são: Samba, Vargem Grande do Soturno, Itaoca, Giranda e Conduru (este último também é detentor de uma Usina de Álcool). Neste caso, ainda é mais estreita a ligação dos povoados com a sede, pois, em sua grande maioria, os trabalhadores residem também em Cachoeiro nos finais de semana.

A tradição do município, alvo do primeiro parque industrial do Estado, ainda nos idos de 1910, guardou até recentemente essa prática histórica. A destituição da ordem especial até então existente no campo, por razão das políticas creditícias do governo federal das últimas décadas, apontou uma nova tendência da organização produtiva que privilegiou a pecuária acima das lavouras (somente nos últimos 10 anos o café ressurgiu).

A construção, em outras bases, de uma nova ordem especial, ampliou o espaço da indústria, aproveitando-se da prática histórica, e fez **inchar** o terciário. Destaca-se a presença em 1984¹ de 350 unidades industriais das quais sobressaem as de mármore, calçados, cimento, montadora de ônibus e construção civil, e 2.500 estabelecimentos comerciais no município - hoje plenamente urbano - industrial.

¹Dado colhido junto a Prefeitura e Junta Comercial de Cachoeiro.

A indústria responde por 41% do valor da produção local e o terciário por 53%, enquanto que o setor primário por apenas 6%. Isso explica por que Cachoeiro é urbano. Detém 74% da população em cidades e povoados e desta, 92% habita a sede municipal. 80% da população economicamente ativa está na indústria e no terciário.

Essa tendência concentradora, comum as cidades brasileiras, ocorreu privilegiando satisfazer as condições gerais das atividades produtivas, enquanto as condições necessárias ao suprimento das necessidades básicas da população, não acompanharam o mesmo ritmo. Nesse sentido, fica estampado, prioritariamente no contexto do Município de Cachoeiro, os problemas ditos urbanos: habitação, saneamento básico (água, esgoto, luz elétrica) transporte, dentre outros, que estão a merecer ações por parte do setor público.

SUBÁREA 6 - CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM
 POPULAÇÃO EM 1980 E PROJEÇÃO PARA 1985

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Cachoeiro do Itapemirim (Subárea 6)	85.024	97.613	92.037	106.005	31.662	30.568

Fonte: FIBGE, Censo de 1980.

SUBÁREA 6

1980

MUNICÍPIO		ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000)				PEA			
		PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL *
Cachoeiro do	nº	2.373	368	1.737	4.478	1.038.913	7.139.092	9.411.645	17.589.650	8.587	13.064	23.118	44.769
Itapemirim	%	53,0	8,2	38,8	100	5,9	40,6	53,5	100	18,4	28	49,5	100

*O total é maior que a soma dos 3 setores, pois inclui **outras atividades e procurando trabalho**, discriminadas no Censo.
 Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁREA 6

MUNICÍPIO	MOF		PARC.		ASS. PERM.		ASS. TEMP.		OUTROS		TOTAL	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Cachoeiro do Itapemirim	5.974	51,6	3.239	27,9	1.492	12,9	785	6,8	97	0,8	11.587	100
TOTAL SUBÁREA IV	5.974	51,6	3.239	27,9	1.492	12,9	785	6,8	97	0,8	11.587	100

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de 1980.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA
 SUBÁREA 6 - CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM			
	Nº DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	ABS	%	ABS	%
0 - 100	2.144	90,4	60.004	52,5
100 - 500	211	8,9	37.368	32,7
500 - 1000	13	0,5	9.309	8,2
+ de 1000	5	0,2	7.526	6,6
TOTAL	2.373	100,0	114.207	100,0

Fonte: FIBGE. Censo de 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - CR\$ 1.000 - PREÇOS DE 1980
 SUBÁREA 6

PRODUTOS MUNICÍPIO	CAFÉ	OLERÍCOLAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Cachoeiro do Itapemirim	444.175	16.215	29.744	6.659	212.653	23.518	36.997	6.845	10.274

FONTE: FIBGE - 1980 .

*Computou-se apenas: tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimentão e quiabo.

CARACTERIZAÇÃO DA SUBÁREA 7

Esta subárea é formada pelos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta e Guarapari, sendo caracterizada pelo forte predomínio da pequena propriedade familiar.

Há mais de duas décadas a bananicultura constituiu-se na principal atividade agropecuária existente nesta subárea, seguida em menor intensidade pelo café e pela pecuária leiteira.

O papel desempenhado pelo capital comercial é vital no sentido de dar a própria dinâmica de reprodução do espaço considerado. Vale dizer, que até mesmo as atividades e serviços existentes nas zonas urbanas, enfatizam que às sedes municipais, com exceção da de Guarapari, guardam um estreito vínculo com o dinamismo da agricultura local. Assim, toda uma certa infra-estrutura básica e demais serviços gerados no urbano, estão apoiados no movimento do setor agrícola, nas atividades ligadas direta e indiretamente ao processo de produção e comercialização dos produtos. Ao contrário disso, a cidade de Guarapari possui um dinamismo próprio que independe da agricultura como arcabouço de sustentação de suas atividades. Tal fato é dado fundamentalmente pelo turismo e por uma série de serviços de infra-estrutura requeridos por essa atividade. Neste sentido, a sede do município de Guarapari apresenta uma estratégia auto-determinada de existência enquanto cidade, sendo este, um fato inclusive típico a esta subárea.

A presença de uma grande indústria processadora de minério de ferro localizada na área litorânea do município de Anchieta (SAMARCO MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO), apesar de gerar um alto valor da produção¹, não apresenta identidade com o aspecto produtivo da subárea considerada que é fornecido pelo setor agrícola. Além disso, a sobreposição do capital mercantil é que determina a reprodução desta subárea.

¹Vide tabela População Economicamente Ativa por setores.

No que tange a questão da distribuição da terra, verifica-se pelos dados censitários de 1980² que 80% das propriedades agropecuárias existentes na subárea 7 não ultrapassavam 100ha de área total e abrangiam um montante de 55% da área total ocupada por todas as propriedades agrícolas computadas nos três municípios. Paralelo a isto, o dado referente a relações de trabalho mostrou que 67,3%³ do pessoal ocupado no setor agrícola compunha a categoria mão-de-obra familiar. Dá para se notar a grande evidência da propriedade familiar pelo expressivo dado de composição da força-de-trabalho. Além do mais, quando se torna o estrato de área de 10-100ha, sabe-se que a maioria das propriedades que formam a subárea 7 não ultrapassam 50ha de área total. Esta estrutura agrária de pequenas propriedades familiares é tradicional nesta subárea, com exceção da faixa de área que se estende da BR 101 até o litoral, guardando aspectos da forma de ocupação e hábitos culturais do imigrante europeu.

Durante a década de setenta houve a constituição no município de Anchieta de uma grande propriedade agrícola com mais de 1000ha, sendo o único estabelecimento situado neste estrato para a subárea 7. Tal fato, foi o fator significativo do ponto de vista da concentração fundiária, verificada na subárea 7, de consequências não desprezíveis, como a destituição de várias famílias de pequenos proprietários que imigraram para zonas urbanas. Imputa-se a esta propriedade, pertencente a CAF (Companhia Agroflorestal Santa Bárbara), a existência de cerca de 2.500ha de eucalipto plantado.

Merece citação um fato que vem ocorrendo e que teve na década de setenta forte implementação, qual seja, a grande proliferação de loteamentos e áreas estocadas com finalidade especulativa ao longo da faixa próxima ao litoral da subárea 7. Alguns acontecimentos contribuíram fortemente para este sentido, como a pavimentação da Rodovia do Sol ligando quase todos os balneários do sul do Estado, o aumento do perímetro urbano dos muni

²Vide tabela Estrutura Fundiária.

³Vide tabela Relações de Trabalho.

cípios de Guarapari e Anchieta e a extensão de alguns serviços de infra-estrutura básica. Como uma consequência dessas transformações, parece claro ter ocorrido a absorção de propriedades familiares que se localizavam nestas áreas.

O perfil da produção existente nesta subárea é formado basicamente por produtos agropecuários, sendo a bananicultura a atividade básica na geração da renda familiar para a grande maioria das propriedades agrícolas. Observa-se ultimamente uma queda significativa da área plantada com banana, mas sem perder a primazia como principal produto final obtido na subárea 7. O decréscimo da área plantada e quantidade produzida decorre, dentre outros fatores, da queda acentuada do preço pago ao produtor, tornando a inversão em novos bananais inviável, uma vez que ficam as expensas deste, enormes custos com a compra de insumos químicos. Por outro lado, a solução encontrada foi a substituição de cultivo, no caso, banana por café, devido às altas nos preços deste segundo produto que vem ocorrendo nos últimos anos.

O momento da comercialização da produção é o grande obstáculo com que se defrontam a grande maioria dos produtores da subárea 7 subordinados ao capital comercial. As firmas intermediárias especializadas na comercialização da banana, bem como, centralizadores locais da produção de café e a Cooperativa Leiteira de Alfredo Chaves são os elementos centrais na sequência de intermediação da produção, retendo a grande parte do excedente econômico. A capacidade de estipulação de preços pagos aos produtores, por exemplo, feita pelas firmas intermediárias da produção de banana desencadeia efeitos altamente negativos do ponto de vista da renda familiar dos produtores, além de provocar, até mesmo, uma parcial substituição de culturas (banana/café) não desejada pelos próprios produtores. Porém, a sobreposição do capital comercial ao dinamizar a economia do espaço considerado, não chega a desarticular a estrutura agrária vigente.

Vale dizer novamente, que a questão dos baixos níveis de preços conseguido pelos produtores inviabiliza muitas vezes a manutenção da atividade

produtiva básica, comprometendo seriamente a renda familiar da pequena propriedade. Não obstante, o alto grau de dependência de insumos modernos, estando estes a preços elevados, aumenta ainda mais a vulnerabilidade destes produtores. Neste sentido, faz-se necessário dentre outras medidas a existência de pesquisas tecnológicas alternativas capazes de fornecer opções compatíveis com a própria realidade e condições dos produtores envolvidos.

SUBÁREA 7 - ALFREDO CHAVES, ANCHIETA E GUARAPARI
 POPULAÇÃO EM 1980 E PROJEÇÃO PARA 1985

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO SEDE		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Alfredo Chaves	2.327	2.692	2.978	3.424	7.741	7.487
Anchieta	5.725	7.693	6.142	8.239	5.270	3.685
Guarapari	32.028	40.394	32.085	40.451	6.411	5.199
SUBÁREA 7	40.080	50.779	41.205	52.114	19.422	16.371

Fonte: FIBGE, Censo, 1980.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETORES - 1980

SUBÁREA 7

NÚMERO ABSOLUTOS

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000)				PEA(1)			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Alfredo Chaves	1.101	26	102	1.229	447.785	45.635	161.750	655.170	2.831	115	733	3.856
Anchieta	549	16	158	723	158.534	7.187.144	802.585	8.148.263	1.825	527	1.215	3.888
Guarapari	775	51	789	1.615	222.792	166.015	2.035.641	2.474.448	4.656	712	1.948	7.744

¹O total é maior do que a soma dos 3 setores, pois inclui **outras atividades e procurando trabalho**, discriminados no Censo.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETORES - 1980

SUBÁREA 7

PERCENTUAL

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS				VALOR DA PRODUÇÃO (CR\$ 1.000)				PEA			
	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL	PRIM.	SEC.	TERC.	TOTAL
Alfredo Chaves	89,6	2,1	8,3	100	68,4	6,9	24,7	100	73,4	3,0	19,0	100
Anchieta	75,9	2,2	21,9	100	1,9	88,2	9,9	100	46,9	15,4	31,3	100
Guarapari	48,0	3,2	48,8	100	9,0	6,7	84,3	100	60,1	9,2	25,2	100

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

SUBÁREA 7: ALFREDO CHAVES, ANCHIETA E GUARAPARI

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	ALFREDO CHAVES				ANCHIETA				GUARAPARI				TOTAL			
	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS		ÁREA (ha)		Nº DE ESTABE- LECIMENTOS		ÁREA (ha)		Nº DE ESTABE- LECIMENTOS		ÁREA (ha)		Nº DE ESTABE- LECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
0 - 100	973	88,4	30.806	61,7	479	87,3	13.225	43,1	708	91,4	18.884	57,9	2.160	89,1	62.845	55,6
100 - 500	127	11,5	18.485	37,0	67	12,2	12.190	39,7	65	8,4	12.512	38,5	259	10,7	43.187	38,2
500 - 100	1	0,1	629	1,3	2	0,3	1.117	3,6	2	0,2	1.147	3,6	5	0,2	2.893	2,5
+ de 1000	-	-	-	-	1	0,2	4.160	13,6	-	-	-	-	1	0,0	4.160	3,7
TOTAL	1.101	100,0	49.920	100,0	549	100,0	30.692	100,0	775	100,0	32.473	100,0	2.425	100,0	113.035	100,0

Fonte. FIBGE, Censo, 1980.

RELAÇÕES DE TRABALHO - 1980

SUBÁRIA 7

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA-FAMILIAR		PARCERIA		ASSALARIADO PERMANENTE		ASSALARIADO TEMPORÁRIO		OUTROS		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Alfredo Chaves	2.872	67,6	448	10,5	322	7,6	602	14,2	6	0,1	4.250	100
Anchieta	1.345	59,7	103	4,6	322	14,3	412	18,3	70	3,1	2.252	100
Guarapari	2.441	72,0	230	6,8	361	10,6	343	10,1	18	0,5	3.393	100
TOTAL SUBÁREA 7	6.658	67,3	781	7,9	1.005	10,2	1.357	13,7	94	0,9	9.895	100

FONTE: FIBGE, Censo Agropecuário de 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - CR\$ 1.000 - PREÇOS DE 1980
SUBÁREA 7

PRODUTOS MUNICÍPIOS	CAFÉ	OLERÍCOLAS*	BANANA	OVOS	LEITE	FEIJÃO	MILHO	ARROZ EM CASCA	MANDIOCA
Alfredo Chaves	67.570	11.935	119.313	48.362	26.628	18.170	9.203	1.399	3.758
Anchieta	7.800	96	35.802	826	40.605	5.551	2.518	5.056	6.284
Guarapari	12.816	503	117.555	4.689	12.493	12.285	4.648	2.373	12.261
TOTAL	88.186	12.534	272.670	53.877	79.727	36.007	1.636	8.828	22.303

FONTE: FIBGE - 1980

*Computou-se apenas: tomate, alface, cenoura, chuchu, couve, pepino, pimentão e quiabo.

III -

CONDIÇÕES NATURAIS DAS SUBÁREAS

SUBÁREA 1

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A subárea 1, localiza-se no centro leste do Estado do Espírito Santo, compreendendo dois municípios (Linhares e Aracruz), com uma superfície total de 5.416km², representando 11,87% da superfície total do Estado.

Limita-se ao norte, com os municípios de Jaguaré e São Mateus, ao sul, com a subárea 2, a leste com o Oceano Atlântico, e, a oeste, com as subáreas 2 e 3.

RELEVO

Verifica-se a presença dos três grandes domínios Geomorfológicos do Espírito Santo:

- a) zona serrana, representada pelos sopés das montanhas, localizada na faixa oeste do município de Aracruz, e, no sudoeste e extremo noroeste do município de Linhares.
- b) zona dos tabuleiros, compreende a maior porção da subárea I, localizada na quase totalidade da extensão territorial do município de Aracruz, e, na grande porção do centro-oeste do município de Linhares.
- c) zona de planícies litorâneas e terras arenosas de interior, localizada no leste da subárea próximo ao litoral, e ainda, nas proximidades do leito do Rio Doce.

A subárea apresenta relevo plano ou pouco ondulado, com aproximadamente 88,45% de seu território em declividade inferior a 30%.

A altitude maior não atinge 200m. Esta elevação situa-se na zona serrana, junto aos sopés da montanha.

A leste a faixa territorial litorânea está pouco acima do nível do mar. Em razão disso, facilita-se a formação de pântanos, influenciados pelo movimento das marés. Os vales do Suruaca e Riacho, que compreendem ao todo 187.000ha estão situados nessa zona.

A maior porção territorial fica a menos de 100 metros de altitude, compreendida entre a faixa litorânea e a zona serrana. Trata-se da zona dos tabuleiros, cuja peculiaridade é de ser plana e apresentar um degrau a medida que se dirige à direção leste até chegar a faixa litorânea.

SOLO

A maior parte do território é constituído por latossolos, ocupando quase toda a extensão da zona dos tabuleiros, com predominância da espécie vermelho distrófico e amarelo coeso.

Essa espécie apresenta baixa fertilidade e alta concentração de acidez, existindo já alguns degradados pelo fenômeno de laterização, proveniente do uso exhaustivo.

Os solos arenosos estão presentes em extensas faixas na baixadas litorâneas, apresentando baixíssima fertilidade.

Nas proximidades do delta do Rio Doce, encontra-se os solos de aluvião com boa fertilidade e sendo muito adquado para o cultivo do cacau.

CLIMA

O clima é tipicamente tropical-Aw da classificação KOPPEN-onde a presença ou não de seca funciona como elemento de diferenciação climática.

A duração do período seco varia, desde 1 mês na porção mais próxima ao litoral, até 2 e 3 meses na medida que se avança para o interior.

A precipitação média anual situa-se entre 1.000 a 1.250mm, sendo a primeira medida observada no norte do município de Linhares e na área do Rio Doce, enquanto a segunda medida se dá no sul do município de Aracruz, sendo ainda, os períodos mais chuvosos, nos meses de novembro, dezembro e janeiro, que concentram cerca de 40% da precipitação anual. Por outro lado, os meses mais secos são junho, julho e agosto.

As temperaturas médias encontram-se na faixa de 22° a 24°C.

SUBÁREA 2

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A subárea localiza-se (assim como a subárea 1), no centro-leste do Estado do Espírito Santo, compreendendo os municípios de Fundão e Ibiracú, com uma superfície de 781km², representando 1,7% da superfície total do Estado.

Limita-se ao norte, com a subárea 3, ao sul, com o município da Serra, a leste com a subárea 1, e, a oeste, com a sub-area 4.

RELEVO

O relevo predominante na subárea 2, é constituído pela zona serrana, caracterizado por terrenos de origem arqueana e com afloramentos de cristais de rocha, abrangendo a quase totalidade do município de Ibiracú, e a maior parte do município de Fundão.

A zona dos tabuleiros que apresenta terrenos da série barreiros sob forma de barrancos de argila formada pela ação da erosão natural ou artificial, compreende uma porção restrita do nordeste do município de Ibiracú, e também o extremo leste do município de Fundão próximo ao litoral e junto a divisa com o município de Aracruz.

Ainda no relevo dessa subárea, aparece a zona das planícies litorâneas formadas por aluviões fluviais e marinhos, localizada no município de Fundão, em sua parte central e ao longo das terras cortadas pelo rio Reis Magos até sua foz no litoral.

Com relação a declividade dos terrenos, os dois municípios se diferem muito, pois Ibiracú apresenta cerca de 65,45% do seu território acima de 30%, enquanto Fundão possui acima de 30% de área declivada, cerca de 38,47% de seu território.

SOLOS

Nos dois municípios da subárea 2, predomina os latossolos vermelho amarelo distrófico, que são solos de boa fertilidade, localizados na zona serrana. Na parte abrangida pela zona dos tabuleiros aparecem os latossolos vermelho amarelo coeso de baixa fertilidade, estando atualmente bastante degradados e laterizados; e, na zona das planícies litorâneas, aparecem os solos orgânicos, principalmente nas proximidades dos cursos d'água existentes.

Como características distintas aos dois municípios, nota-se em Ipiraçu além dos latossolos, a presença de solos litólicos em relevo montanhoso e com afloramentos de cristais de rocha. Já, no município de Fundão aparecem latossolos em relevo forte ondulado, os solos orgânicos nos campos de várzeas e no relevo plano, e ainda os solos podzólicos em relevo suave ondulado.

CLIMA

O clima predominante é do tipo tropical Aw, aparecendo ainda o tipo tropical Am restrito ao extremo noroeste do município de Fundão. Tem como características climáticas, duração do período seco de 1 mês na parte sul de Ipiraçu, e de 2 meses no restante do município, e, em relação ao município de Fundão, predomina o período de 1 mês seco, aparecendo ainda subseca no oeste do município.

A precipitação pluviométrica se dá em torno de 1.000mm na maior parte do município de Ipiraçu, aumentando para 1.250mm nas proximidades da divisa com o município de Fundão, e permanecendo assim por todo o território desse município. Os dois municípios apresentam temperaturas médias anuais variando de 22° a 24°C.

SUBÁREA 3

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Localiza-se no centro-oeste do Estado do Espírito Santo, compreendendo os municípios de Rio Bananal, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu e Itaguaçu, com uma superfície de 4.437km² representando 9,73% da superfície total do Estado.

Apresenta como limites: ao Norte, os municípios de Pancas e São Gabriel da Palha, ao Sul, os municípios de Afonso Cláudio, Itarana, Santa Tereza e Ibiráçu, a Leste, o município de Linhares, e a Oeste, o Estado de Minas Gerais.

RELEVO

A predominância do relevo está inserido na zona Serrana, com exceção apenas do leste do município de Rio Bananal onde aparece a zona dos Tabuleiros e também a zona das terras arenosas do interior.

A Subárea 3 possui a maior parte de seu território compreendida na Bacia do Rio Doce, com inúmeros cursos d'água cortando suas terras em direção a esse rio.

Apresenta variações na altitude, com cotas abaixo dos 100m nas proximidades dos rios, e aumentando até 800m nas áreas mais elevadas.

A conformação do relevo é fortemente ondulado no município de Rio Bananal, e, na maior parte dos municípios de Marilândia e de Colatina; passando a montanhoso agressivo com predominância nos municípios de Baixo Guandu e de Itaguaçu.

A declividade do terreno acima de 30% predomina nos municípios de Baixo Guandu (73% do território); e de Itaguaçu (80% do território), em contraste aos outros municípios, onde prevalece a declividade abaixo de 30%, nas suas superfícies territoriais.

SOLOS

O tipo de solo predominante é o Latossolo Vermelho Amarelo Distróico, com boa fertilidade, encontrados em relevo montanhoso e fortemente ondulado.

Aparecem também solos com fertilidade alta, em algumas manchas de terra roxa nos municípios de Baixo Guandu, Colatina e Itaguaçu; solos aluviais (Baixo Guandu), e ainda solos orgânicos na parte oeste, e ao sul do Rio Doce.

Os solos de mais baixa fertilidade, são constituídos pelos Latossolos junto aos afloramentos rochosos, que se fazem presente em todos os municípios que compoem a subárea.

CLIMA

Em quase todos os municípios predomina o clima tipo tropical Aw com seca, notando-se diferença nos extremos norte e sudeste do município de Baixo Guandu, e ainda, no sudoeste e sudeste do município de Itaguaçu, onde predomina o tipo mesotérmico CWa de verão quente com seca.

A duração do período seco compreende 3 meses nos municípios de rio Bananal, Marilândia, nas maiores porções dos municípios de Colatina e de Itaguaçu, e, no sul do município de Baixo Guandu. O período de 4 meses secos é compreendido no centro-oeste do município de Colatina, e na

maior parte do município de Baixo Guandu.

A precipitação pluviométrica anual apresenta 1000mm em quase toda a subárea, aumentando em alguns pontos mais elevados para 1.250mm.

A média anual de temperatura situa-se entre 22° e 24° nos municípios de Rio Bananal, Marilândia e Colatina, e, nos municípios de Baixo Guandu e de Itaguaçu a média fica em torno de 20° e 22°.

SUBÁREA 4

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A subárea 4 localiza-se no centro do Estado do Espírito Santo, compreendendo os municípios de Santa Tereza, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Itarana, perfazendo 4.196km² de superfície, o que representa 9,20% da superfície total do Estado.

Limita-se ao norte, com a subárea 3 (município de Itarana e Colatina) ao sul, com os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Alfredo Chaves e Guarapari, a leste, com a subárea 2 (municípios de Ibirapu e Fundão) e com a região da Grande Vitória, e a Oeste, com a subárea 5 (municípios de Afonso Cláudio e Conceição do Castelo).

RELEVO

Os municípios dessa subárea estão inseridos na zona serrana, apresentando relevo muito acidentado e com elevações na direção leste-oeste, e, nos extremos norte e sul, notadamente nos municípios de Santa Leopoldina (Garrafão), e de Domingos Martins (Aracê), onde a altitude ultrapassa 1000m.

A declividade dos terrenos é muito significativa, pois em todos os municípios prevalece -area de declividade acima d3 30%, respectivamente aos territórios dos municípios de Santa Tereza (77,45%), Santa Leopoldina (61,14%), Domingos Martins (76,40%) e Itarana (70,47%), o que representa 71,08% de superfície da subárea.

SOLOS

Os tipos de solos predominantes são os latossolos vermelho, amarelo A moderado, com características extremamente ácidas, baixa fertilidade e pequena porcentagem de matéria orgânica. Esses solos localizam-se em terrenos de relevo montanhoso ou fortemente ondulados.

As terras roxas aparecem em pequenas manchas nos municípios de Itarana e de Santa Tereza, sendo de boa fertilidade, e, ocorrendo também em terre nos montanhosos ou fortemente ondulados.

Nota-se ainda, a presença de solos do tipo Cambisol nos municípios de Santa Tereza, Santa Leopoldina e Domingos Martins, em relevo escarpado montanhoso, de baixa fertilidade e extremamente ácidos.

CLIMA

As condições climáticas dessa subárea, apresentam diversificação bastan te acentuadas, com aparecimento tanto do tipo tropical Aw e Am quanto do tipo mesotérmico Cwa Cfa e Cfb, a saber:

O clima tipo tropical Aw quente com seca, no norte do município de Itarana, no norte do município de Santa Tereza, e, no leste do município de Santa Leopoldina; o clima tropical Am quente sem seca aparece em peque na porção no leste do município de Santa Tereza, em faixa longitudinal no município de Santa Leopoldina incluindo a sede municipal, e, no leste do município de Domingos Martins.

O clima tipo mesotérmico Cwa de verão quente seca, abrange as maiores porções nos territórios dos municípios de Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina e, no oeste de Domingos Martins; o tipo Cfa de verão quente sem seca, no centro leste do município de Santa Tereza, no centro-norte e centro-sul do município de Santa Leopoldina, e, no centro-norte e su deste do município de Domingos Martins; finalmente, o tipo Cfb de verão brando sem seca restrito a uma porção no sul do município de Domingos Martins.

A duração do período seco se encontra muito diversificado, dentro dos territórios municipais, apresentando período de 1 mês em faixas restri tas nos municípios de Santa Tereza e de Itarana; com período de 2 meses seco na maior parte de Santa Tereza e no norte de Itarana; período de subseca no sul de Santa Tereza, leste e oeste de Santa Leopoldina, e no extremo Noroeste de Domingos Martins.

As áreas onde não se registra período de seca, compreende a quase totalidade dos territórios de Santa Leopoldina e de Domingos Martins.

Em relação a precipitação pluviométrica, a região apresenta alta intensidade no seu território, onde os municípios de Itarana, Santa Leopoldina e Santa Tereza, tem índices de 1.250mm, aumentando a 1.500mm na direção do Sul, e, o município de Domingos Martins - maior precipitação do Estado - atinge a 2.000mm anuais.

As temperaturas médias locais apresentam as seguintes medidas:

- 22º A 24º C - norte e leste de Santa Tereza;
- 20º A 22º C - sul e oeste de Santa Tereza, norte de Itarana, e leste de Santa Leopoldina.
- 18º A 20º C - Na maior parte de Santa Leopoldina, sul de Itarana, e leste de Domingos Martins.
- Abaixo de 18º C - Extremo sudoeste de Santa Leopoldina e na maior parte de Domingos Martins.

SUBÁREA 5

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Os municípios de Afonso Cláudio, Ibatiba, Iúna, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Castelo, formam a subárea 5, localizada no sudoeste do Estado perfazendo 4.676Km², o que corresponde a 10,25% da área total do Estado do Espírito Santo.

Apresenta como limites, ao norte, a subárea 3 (municípios de Baixo Guandu e Itaguaçu), ao sul, os municípios de Alegre e a subárea 6 (municípios de Cachoeiro do Itapemirim), a leste, a subárea 4 (municípios de Itarana, Santa Leopoldina e Domingos Martins) e, a oeste, o Estado de Minas Gerais.

RELEVO

Toda a subárea encontra-se inserida na zona serrana compreendendo os Planaltos Cristalinos rebaixados, de origem arqueana ou pré-cambriana.

Os terrenos são em geral bastante íngremes, apresentando alguns restrições ao uso de maquinário agrícola, como também facilitando o processo erosivo do solo. Os desmatamentos irregulares e as estradas mal traçadas tem provocado assoreamento dos rios e de muitas vargens férteis.

A declividade dos terrenos é bastante significativa, estando a totalidade dos municípios com mais de 70% de seus territórios, em áreas declivadas acima de 30%.

SOLOS

Em quase todos os municípios predomina os Latossolos, com exceção do município de Castelo, onde aparece grande diversificação dos tipos de solos.

Nos municípios de Afonso Cláudio e de Conceição de Castelo. Além dos Latossolos, nota-se a presença de terra roxa estrutura, e também solo do tipo Cambisol, sendo encontrados em relevo montanhoso e ondulado, e, apresentando importante fertilidade nas suas terras.

Em Iúna e Ibatiba, predomina os Latossolos de boa Fertilidade em terrenos montanhosos e fortemente ondulados, apresentando ainda algumas manchas de terra rocha estruturada, e de solo Podzólico, também com boa fertilidade em terrenos montanhosos e ondulados.

O município de Muniz Freire possui uma grande mancha na sua parte central (sentido norte-sul), de terra rocha estruturada extremamente fértil, em relevo ondulado e montanhoso, como também afloramentos de rocha compreendidos nos solos Litólicos em relevo escarpado e montanhoso.

Por último, temos no município de Castelo, a presença de variados tipos de solos assim distribuídos: na parte norte, terra roxa estruturada e associação terra roxa + brunizem avermelhado em relevo ondulado e montanhoso com boa fertilidade, sendo essa associação (terra roxa + brunizem) predominante na parte central do município; no centro-leste a presença da associação Podzólico Vermelho Amarelo + terra roxa estruturada em relevo fortemente ondulado; no centro-sul terra roxa estruturada de textura argilosa em relevo ondulado e montanhoso; no sudeste associação solos aluviais + vertisol em terrenos de várzea e relevo plano, e ainda, solos Litólicos em relevo escarpado com afloramentos de rocha.

As demais partes do município, apresentam inúmeras manchas de solos Litólicos com afloramentos de rocha, e também, extensões de Latossolos.

CLIMA

Registra-se a presença dos tipos climáticos tropical e mesotérmico.

O tipo tropical Aw é verificado na parte noroeste de Afonso Cláudio - Bacia do Rio Guandu - e no centro-sul do município de Castelo - Bacia do Rio Castelo possuindo estação seca no inverno e outra chuvosa no verão, e, temperatura média de 20° a 22°.

O tipo mesotérmico Cwa, predomina na subárea, englobando as maiores partes dos municípios de Afonso Cláudio e Castelo, a totalidade dos territórios de Conceição do Castelo e Muniz Freire, e, ainda, o leste do município de Iúna, apresentando verão quente e chuvoso e inverno seco e temperatura variando entre 19° a 20°C, com precipitação acima de 1.250mm.

O tipo Cwb abrange todo o município de Ibatiba e parte de Iúna, com verão brando e chuvoso e inverno seco - Serra do Caparaó - e temperatura variando entre 17° a 20°C.

Finalmente, o tipo Cfb encontrado no sudoeste e centro-sul do município de Iúna, possui verão brando e sem estação seca. A temperatura média varia de 11° a 18°C, sendo o mês mais quente inferior a 22°C. A precipitação anual fica em torno de 1.500mm podendo aumentar nas altitudes mais elevadas junto a Serra do Caparaó.

A duração do período seco apresenta desde período sem seca - leste de Conceição do Castelo e de Castelo - passando pelo período de 1 mês seco - centro-sul de Afonso Cláudio, oeste de Conceição do Castelo e todo o município de Muniz Freire - até o período de 2 meses secos - norte de Afonso Cláudio e no total dos municípios de Ibatiba e de Iúna.

SUBÁREA 6

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Esta subárea está localizada na região sul do Espírito Santo, dela fazendo parte somente o município de Cachoeiro de Itapemirim com uma superfície de 1.304km², correspondente a 2,85% da área total do Estado.

Limita-se ao norte com os municípios de Castelo e Domingos Martins, ao sul com os municípios de Muqui, Atílio Vivacqua e Itapemirim, a leste com a Subárea 7 (município de Alfredo Chaves) e com os municípios de Rio Novo do Sul e Itapemirim, e a oeste com os municípios de Alegre e de Jerônimo Monteiro.

OBJETIVO

O município de Cachoeiro é inserido na zona Serrana, contando com a presença dos Frontões de afloramentos rochosos, em forma de pães de açúcar, desnudados por erosão especial.

Apresenta declividade dos terrenos acima de 30%, em cerca de 52,73% de sua superfície territorial, e por conseguinte, 47,27% do município em área declinada abaixo de 30%.

A Bacia do Rio Itapemirim, uma das mais importantes do Estado, abrange todo o Município, tendo o rio Itapemirim cortando o território no sentido oeste-leste.

SOLOS

Predomina a terra roxa estruturada e o latossolo, que são tipos de solos profundos, bem drenados e de boa fertilidade, abrangendo as áreas

de pecuária leiteira, café e olericultura, em relevo ondulado e montanhoso.

Nota-se também os solos Brunizem, que são solos rasos, mal drenados, em relevo forte ondulado e montanhoso, abrangendo áreas do complexo café-pecuária, localizadas no norte e no sul do município.

CLIMA

Predomina o clima tropical Aw com uma estação seca no inverno e outra chuvosa no verão.

A duração do período seco varia desde a ausência total da seca, até 2 meses de duração; sendo encontrado, ausência de seca no nordeste, subseca no norte e noroeste, período de 1 mês seco no centro e sudoeste, e, o período de 2 meses secos no sul do município.

A precipitação pluviométrica varia desde 1.250mm na maior parte do território municipal, até à 1.500mm no norte do município.

Em relação às temperaturas médias anuais, encontramos diversificação nas suas medidas, onde, no extremo nordeste a média é menor do que 18°C aumentando na parte inferior para 20°C, passando a ficar entre 20°C a 22°C. No noroeste e centro-norte, e, atingindo no centro-sul e sudeste a variação entre 22°C a 24°C.

SUBÁREA 7

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Localiza-se no sudeste do Estado, compreendendo os municípios de Alfredo Chaves, Guarapari e Anchieta em uma área de 1.616Km² correspondente a 3,54% da superfície total do estado do Espírito Santo.

Limita-se ao norte, com a subárea 4 (município de Domingos Martins) e com os municípios de Viana e Vila Velha, ao sul, com o município de Piúma, a leste com o Oceano Atlântico, e, a oeste, com a subárea 6 (município de Cachoeiro do Itapemirim) e com os municípios de Rio Novo do Sul e de Iconha.

RELEVO

Os três domínios geomorfológicos encontram-se presentes nessa subárea.

Com exceção do município de Alfredo Chaves, totalmente inseridos na zona serrana, os municípios de Anchieta e de Guarapari, possuem além da zona serrana, a zona dos tabuleiros e, a zona das planícies litorâneas e terras arenosas do interior.

A zona serrana caracterizada por planaltos cristalinos de origem arqueana ou pré-cambriana, abrange todo o município de Alfredo Chaves, e, a maior parte dos municípios de Guarapari e de Anchieta.

A zona dos tabuleiros, imprensada entre o litoral e a serra, apresenta formações de terrenos da série barreiras. Esta série aparece sob a forma de barrancos de argila formada pela ação natural ou artificial da erosão. esta zona, está localizada em faixas estreitas no sentido norte-sul, dos municípios de Guarapari e de Anchieta.

A zona das planícies litorâneas formadas pelos aluviões marinhos - sedimentos arenosos que quando carreados pelo mar se depositam pouco profundamente, formando desta forma as restingas - está localizada nos terrenos próximos ao litoral dos municípios de Guarapari e de Anchieta.

A declividade dos municípios é mais significativa em Alfredo Chaves (86,54% do território acima de 30%), e relativamente em Guarapari (55,20% acima de 30% em área declivada), sendo Anchieta o município menos declivado (40,57% do município tem área com declividade acima de 30%).

Uma característica observada nos dois municípios litorâneos (Guarapari e Anchieta), diz respeito às condições ideais para instalação de portos marítimos, pois devido a existência de maciços submersos, com os afloramentos rochosos ligados à terra por cordões litorâneos arenosos, ocorrem costas rochosas e profundas, propiciando a implantação de portos, como é o caso da Serra do Paredão em Guarapari, e da formação da Ponta dos Castelhanos em Anchieta.

SOLOS

O solo predominante para esta subárea é o latossolo vermelho amarelo distrófico, classe moderado. São solos extremamente ácidos, com pequena reserva de nutrientes e baixa fertilidade, em relevo montanhoso e ondulado.

Outros tipos de solos encontrados são os cambissólicos, pouco desenvolvidos de baixa fertilidade, fortemente e extremamente ácidos, localizados no oeste do município de Alfredo Chaves em relevo escarpado e montanhoso. Também na subárea nota-se a presença dos latossolos vermelho amarelo distrófico da classe coeso, com textura mais arenosa na superfície, localizados nos platôs litorâneos dos municípios de Guarapari e de Anchieta.

Em menores proporções encontra-se os solos aluviais localizados nas áreas de restingas em relevo plano, e ainda, solos de mangues e de areia quartzosa.

CLIMA

O relevo e a distância do mar, exercem influência nas condições climáticas.

Predomina o tropical AW em Guarapari e Anchieta, com precipitações de 1.250mm (Anchieta) e 1.500mm (Guarapari), e temperaturas médias de 24°C.

No município de Alfredo Chaves, nota-se a presença do tipo mesotérmico CFa de verão quente sem período de seca, e o mesotérmico CFb de verão brando sem seca.

A precipitação média fica em torno de 1.750mm para a parte norte, e de 1.500mm no restante do município; e, as temperaturas médias aumentam no sentido oeste-leste, onde se registra menos de 18°C no extremo noroeste, passando à 20° na parte central, e aumentado a 22°C nas proximidades da divisa com o município de Anchieta.

IV -

INFRA-ESTRUTURA DAS SUBÁREAS

Este trabalho procura contemporizar a infra-estrutura segundo seus aspectos diversos, situando-a entre o econômico e o social, onde, o estreito vínculo dessas relações, deve gerar condições básicas de sobrevivência, necessárias enquanto pressuposto do processo produtivo.

No Estado do Espírito Santo as condições de carência na área social, apesar de todos os esforços na tentativa de saneá-los, ainda são muitos, isto, logicamente, propicia uma infra-estrutura carente em todos os sentidos.

É comum encontrar, principalmente no meio rural, populações ingerindo água sem tratamento, assistência médica precária ou nenhuma, falta de acessos aos meios de transportes ou ainda a inexistência de escolas ou a falta de perspectivas de construções ou melhoramentos destas.

Assim é que os recursos oficiais, antes mesmo de caírem no circuito produtivo, devem criar melhores condições infra-estruturais, principalmente em áreas onde estas carências tornam-se mais evidentes.

No sentido de promover uma visualização da infra-estrutura, esta será descrita em duas partes: infra-estrutura segundo as subáreas pertinentes e consumo e produção de energia (devido a destacada importância desta no processo econômico).

SUBÁREA 1

Os municípios de Linhares e Aracruz, que formam este espaço, apresentam as sedes municipais bem estruturadas, fruto da aplicação dos recursos oriundos das atividades econômicas desta área. Destaca-se neste contexto a cidade de Linhares que vem se desenvolvendo de forma ordenada. O maior problema observado são as cheias do Rio Doce, que afligem as populações ribeirinhas, dizimando plantações, matando animais de todas as espécies, destruindo casas e provocando enormes prejuízos a toda a rede comercial local (destruindo pontes e estradas e impedindo a circulação de mercado

rias).

Estes dois municípios apresentam a rede viária bem estruturada (vide mapa viário do estado no fim deste texto), pois, as estradas planas (Linhares) e de solos resistentes (Aracruz) permitem tráfego normal na maior parte do ano, mudando esta perspectiva nos períodos de chuvas.

Como foi relacionado, as sedes estão bem estruturadas, mas, este quadro se inverte quando observamos o interior destes municípios, pois, localidades como Barra do Sahi, Barra do Riacho, Guaraná e Jacupemba (Aracruz), São Jorge da Barra Seca, Farias, Bebedouro, São Rafael, Rio Quartel, Juncado, Córrego D'Água e Comendador Rafael (Linhares), estão totalmente carentes de infra-estrutura básica, com ausência de redes de esgotos e pavimentação de ruas, atendimento precário e extremamente periódico dos postos médicos além de, entre outros problemas, a necessidade de expansão das redes de energia elétrica (vide quadro de Habitação e Saneamento no fim deste texto).

SUBÁREA 2

Os municípios de Ibirapu e Fundão, ambos as margens da BR 101 e próximos de Vitória, que atualmente têm suas economias centradas na agropecuária, apresentam perspectivas de mudanças em sua base econômica, o que resultará em toda uma necessidade de reestruturação da sua infra-estrutura atual.

A expansão de alguns projetos industriais para esta área (indústria de ferro Gusa) e a posição privilegiada em termos de infra-estrutura para transportes (próxima ao porto, a margem da BR 101 e presença de estrada de ferro), permite antever que uma política de descentralização industrial deverá ser para aí orientada.

Dentro deste contexto é importante observar como se comporta a infra-es

estrutura atual.

Fundão possui uma sede pequena, onde existem alguns poucos bancos, um hospital com funcionamento precário, duas escolas (uma de 1º e 2º Graus e outra de 1º Grau) com ausência de rede de esgoto e outras carências mais (principalmente no interior deste município); a sede de Ibirapu está melhor estruturada, onde os problemas são menores, o que se destaca neste município é João Neiva, que tem crescido e se desenvolvido em níveis superiores a própria sede. Algumas localidades de Ibirapu, como Piraqueçu, Santo Afonso e Cristal apresentam grandes carências, como ausência de postos médicos, lançamento de esgotos nas ruas, falta de calçamentos, falta de água (em períodos de pique) etc..., sendo que, se as sedes estão razoavelmente equipadas, as localidades menores necessitam de uma série de serviços.

SUBÁREA 3

Os municípios de Rio Bananal, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu e Itaguaçu, têm suas economias voltadas para a agropecuária (café e pecuária bovina), com um destaque para a atividade industrial em Colatina.

A infra-estrutura destes municípios apresenta características diferenciadas, segundo suas carências, pois enquanto Colatina e Baixo Guandu têm graves dificuldades com as cheias do Rio Doce, Itaguaçu, Rio Bananal e Marilândia não sofrem destes problemas.

As necessidades de asfaltamentos de Baixo Guandu, Rio Bananal, Itaguaçu e Marilândia são urgentes, pois a falta destes têm provocado uma série enorme de prejuízos de ordem econômica para estes municípios.

As vias de acesso ao meio rural estão totalmente prejudicadas, destacando-se aí Baixo Guandu, Marilândia e Itaguaçu.

Em termos de infra-estrutura básica social o que se observa é um estado de grande carência, com necessidade de construção e reformas na rede escolar, ampliação do atendimento médico-hospitalar, construção de redes de esgoto, erosão de morros e calçamento de ruas.

Nesta subárea merece que seja feito um destaque para o município de Baixo Guandu onde a geração de renda para a prefeitura, por parte das atividades econômicas municipal, não têm sido suficientes para atender a demanda por infra-estrutura básica mínima, principalmente por parte de sua população rural. Vale lembrar que a área de saúde encontra-se em situação precaríssima, (os postos de saúde estão praticamente abandonados) com um dos maiores índices de verminose do estado. Dentro deste contexto, para se resolver os problemas infra-estruturais, é necessário criar-se uma política alternativa de desenvolvimento deste município.

SUBÁREA 4

Santa Tereza, Itarana, Santa Leopoldina e Domingos Martins encontram-se em uma área onde o café apresenta algum destaque, mas o que é de fundamental importância nesta economia é a produção de hortifrutigranjeiros extremamente necessária para abastecer os mercados consumidores da Grande Vitória e outros municípios do estado.

Nesta subárea as sedes municipais não apresentam problemas relevantes de infra-estrutura, pois, de forma geral, os equipamentos e serviços instalados têm atendido de forma razoável as demandas.

O que pode-se destacar, são alguns problemas nas comunidades rurais, onde inexistem calçamentos e redes organizadas de esgotos, postos de saúde atendendo com prazos muito intercalados e estradas de difíceis acessos nos períodos de chuvas.

SUBÁREA 5

Afonso Cláudio, Ibatiba, Iuna, Muniz Freire, Conceição do Castelo e Castelo têm em comum uma produção voltada para o setor agropecuário, onde destacam-se o café e a pecuária.

A infra-estrutura destes municípios encontra-se melhor estruturada do que a dos municípios do norte do Estado. Mesmo assim persistem problemas básicos que refletem nas condições de vida das populações locais, tais como atendimento insuficiente de assistência médica, presença de fossas sem critérios de localização, lançamento de dejetos em rios sem o devido tratamento, falta de calçamentos nas ruas das comunidades rurais e a necessidade de um replanejamento do sistema escolar em termos de localização e reforma dos prédios existentes.

As vias de acesso para as sedes destes municípios estão todas asfaltadas, faltando nas ligações com os aglomerados rurais um reordenamento destas, pois é comum encontrar buracos ou então pontes de córregos e riachos parcial ou totalmente destruídas.

Os aglomerados rurais que se destacam devido a sua precária infra-estrutura são São João de Viçosa (Conceição do Castelo) e Brejetuba (Afonso Cláudio).

SUBÁREA 6

Cachoeiro de Itapemirim conforma esta subárea devido a complexidade da sua estrutura econômica, que é determinada por atividades intensivas dos setores primário, secundário e terciário.

A sede deste município apresenta um contingente populacional expressivo, com uma periferia onde destacam-se alguns agrupamentos habitacionais típicos de **favela**, onde a infra-estrutura local, em termos de serviços bá

sicos de saneamento e equipamentos, praticamente inexistem, dando lugar assim a um alto índice de doenças contagiosas.

Com relação às comunidades rurais, estas possuem vias de acesso em boas condições de conservação, o que não implica que na época das chuvas, estas continuem transitáveis, precisando para tanto um trabalho criterioso de pavimentação e correção destas.

Estas comunidades, apresentam deficiências no sistema de lançamentos de dejetos sem tratamento adequado, ausência parcial ou total de calçamentos ou então alguns aglomerados onde somente uma pequena parcela da população recebe energia elétrica ou água encanada e tratada.

SUBÁREA 7

Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta têm em comum entre si a produção de banana o que, fora Alfredo Chaves, não é propriamente o que dá a dinâmica econômica desta subárea.

No caso específico de Alfredo Chaves, este tem sua sede relativamente bem estruturada apresentando problemas maiores com relação aos períodos chuvosos, pois os serviços de drenagem se encontram precariamente instalados.

As comunidades rurais deste município, têm seus acessos dificultados devido as altitudes em que estão localizadas, existindo locais totalmente carentes de infra-estrutura como é o caso de Crubixá e Urânia.

Guarapari e Anchieta, além das atividades rurais, têm uma afluência turística muito grande nos períodos de veraneio, o que cria diversos problemas à infra-estrutura local, como falta d'água, sobrecarga nos serviços

oferecidos e problemas de circulação interna à cidade.

Um problema grave nestas sedes é o número crescente de loteamentos que nem sempre é acompanhado da infra-estrutura necessária segundo a demanda por imóveis, por isto, é comum encontrar problemas de lançamentos de dejetos de forma irregular, captação de água via poços, esgotos lançados a céu aberto e deficiência no abastecimento de energia elétrica, devido a sobrecarga.

PRODUÇÃO E CONSUMO ENERGÉTICO

A produção e o consumo de energia dimensionados, procuram, num contexto geral, dar uma idéia da forma como o desenvolvimento industrial tem utilizado a estrutura estadual disponível.

É importante esclarecer que os dados trabalhados ainda não contemplam esta realidade ao nível dos municípios, tornando-se impossível, a curto prazo, descrevê-los junto as subáreas pertinentes.

Os energéticos abaixo discriminados, para o ano de 1983 (dados mais recentes) mostram de que forma o consumo final está relacionado com os diversos setores e ramos da economia.

Óleo Diesel (10^3 l) - o consumo final é da ordem de 363.558, sendo a distribuição realizada da seguinte forma: comercial 6,68%, público 6,48%, agropecuário 7,74%, transportes total 69,85%, industrial total 9,19% (cimento 0,18%, ferro Gusa e aço 0,40%, minerais/pelotização 1,32%, química 0,04%, alimentos e bebidas 2,00%, textil 0,03%).

Óleo Combustível (t) - consumo final 303.050 e a distribuição: comercial 1,80%, agropecuário 0,34%, transportes total 0,43%, industrial total 97,43% (cimento 0,17%, ferro Gusa e aço 0,01%, minerais/pelotização 93,64%, alimentos e bebidas 0,40% e cerâmica 0,77%).

Gasolina (10^3 L) - consumo final 160.925 e a distribuição: comercial 4,95%, público 1,22%, agropecuário 3,65%, transportes total 89,39%, industrial total 0,70%.

Eletricidade (MWH) - consumo final 3.005.898 e a distribuição: residencial 14,19%, comercial 7,39%, público 5,92%, agropecuário 2,31%, industrial total 70,33% (cimento 2,58%, ferro Gusa e aço 12,73%, minerais/pelotização 28,22%, química 0,12%, alimentos e bebidas 3,25%, têxtil 0,44%, papel e celulose 14,81%, cerâmica 0,50%).

Carvão Vegetal (t) - consumo final 110.979 e a distribuição: industrial total 100% (minerais/pelotização 92,33%, não ferrosos/outros metais 7,66%).

Álcool Etílico ($L \times 10^3$) - consumo final 89.646 e a distribuição: comercial 4,94%, público 1,84%, transportes total 92,54%, industrial total 0,44%.

Bagaço de Cana (t) - consumo final 84.885 e a distribuição: industrial total 100% (alimentos e bebidas 99,71%).

De acordo com a participação relativa de cada setor descrito o que se observa é que o consumo de energéticos privilegia-os da seguinte forma: o óleo diesel, produzido fora do estado, é destinado em sua maioria (70%) aos transportes; o óleo combustível, importação de outros estados, segue em sua maior parte para o setor industrial (97,43%); a gasolina, de outros estados, segue em sua quase totalidade (89,39%) para o setor de transportes; a eletricidade e o carvão vegetal contemplam, segundo a ordem (70,33 e 100%), o setor industrial; o álcool etílico prioriza (92,54%) os transportes e o bagaço de cana segue todo para a indústria.

A produção de energia, contempla prioritariamente a indústria, onde se destaca (fora dos limites da Grande Vitória) o norte do Estado, com atividades de exploração de florestas (carvão e celulose), indústria cana

vieira (álcool e bagaço de cana) e exploração de petróleo bruto.

Assim é que municípios como Aracruz e Linhares representam hoje grandes pólos de desenvolvimento agroindustrial, segundo sua estrutura potencial de produção de energia.